



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PACTO FEDERATIVO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0785/15	DATA: 09/06/2015	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 14h26min	TÉRMINO: 16h48min	PÁGINAS: 50

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
GERALDO ALCKMIN - Governador do Estado de São Paulo. SIMÃO JATENE - Governador do Estado do Paraná.

SUMÁRIO
Análise e apresentação de propostas com relação à partilha de recursos públicos e respectivas obrigações da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (pacto federativo). Deliberação de requerimento.

OBSERVAÇÕES
Há orador não identificado em breve intervenção.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Boa tarde a todos e a todas.

Estamos iniciando mais uma reunião da Comissão Especial do Pacto Federativo.

Gostaríamos de convidar para compor a Mesa o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e o Governador do Pará, Simão Jatene. *(Pausa.)*

Agradecemos a todos pela presença.

Gostaríamos que as Sras. Deputadas, os Srs. Deputados, os assessores e os jornalistas pudessem se acomodar, para darmos início a mais esta audiência pública.

Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Especial destinada a analisar e apresentar propostas com relação à partilha de recursos públicos e respectivas obrigações da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Gostaria de agradecer e parabenizar o Deputado Sergio Souza, que organizou, na última sexta-feira, o encontro, a reunião do pacto federativo em Londrina, que contou com a presença de mais de 20 Prefeitos da região e 5 Deputados Federais. Inclusive, estava presente o Deputado Luiz Carlos Hauly, que estará aqui conosco. Ontem, na Assembleia Legislativa de Pernambuco, o Deputado Fernando Monteiro junto com o Deputado Kaio Maniçoba também organizaram audiência pública, que vimos realizando nos Estados, perfazendo 12 Estados visitados pelo Brasil.

O interesse pelo debate tem-se alastrado pelo País inteiro. Cada vez mais acreditamos que a revisão do pacto federativo é um instrumento capaz de equalizar o nosso desenvolvimento. Inclusive, em um momento importante de estagnação da economia, pode significar um papel indutor na retomada do crescimento e do desenvolvimento econômico. E o fortalecimento dessa parceria com os Governos estaduais e com as gestões municipais é de fundamental importância para que avancemos nesse debate.

Gostaria de agradecer muito ao Governador Simão Jatene, que veio do Pará conosco. Ele participou do encontro patrocinado pelo Presidente Renan Calheiros e pelo Presidente Eduardo Cunha. Nesse encontro, junto com 21 Governadores, nós iniciamos o debate para ampliar a base política de sustentação da motivação e da discussão do pacto federativo.



Agradeço também ao Governador Geraldo Alckmin, que se prestou a cumprir uma agenda aqui conosco. Mesmo com a grande quantidade de demandas que tem o Estado de São Paulo, ele abriu um espaço na sua agenda para estar conosco neste debate tão importante, que vai subsidiar, vai dar à Comissão a capacidade de fazer uma revisão do pacto federativo. Com certeza, isso se desdobrará no sentido de construirmos a tão sonhada reforma tributária para o nosso País.

Quero agradecer também ao Secretário da Casa Civil de São Paulo, o ex-Deputado Edson Aparecido, grande companheiro de longas caminhadas e que nos ajudou na formatação desta agenda e na possibilidade de o Governador estar aqui conosco.

Comunico que o Relator desta Comissão, o Deputado André Moura, encontra-se em viagem internacional, juntamente com o Presidente da Casa — vão chegar hoje à noite —, representando a Câmara em missão oficial em Israel e na Rússia. Por esse motivo, não pôde estar presente na Comissão. O Relator substituto será o Deputado Luiz Carlos Hauly, que já está se dirigindo para este encontro.

A audiência pública é com os Srs. Governadores Geraldo Alckmin, de São Paulo, e Simão Jatene, do Pará, a quem cumprimento em nome desta Comissão.

Informo que esta audiência cumpre uma decisão deste colegiado, em atendimento aos Requerimentos nºs 34 e 37, de 2015, de autoria do Deputado Danilo Forte e do Deputado Arnaldo Jordy, do PPS do Pará.

Solicito a compreensão de todos no tocante ao tempo dos debates, conforme as seguintes orientações: o tempo concedido aos palestrantes será de 20 minutos, não podendo haver apartes; os Deputados interessados em interpelar os palestrantes deverão se inscrever previamente junto à Secretaria; as perguntas serão feitas ao final da palestra e deverão restringir-se aos assuntos da exposição, formuladas no prazo de 3 minutos, dispondo os palestrantes de igual tempo para resposta; aos Deputados serão facultadas a réplica e a tréplica no mesmo prazo.

Feitos esses esclarecimentos, daremos início à nossa audiência.

Gostaríamos de ouvir as palavras do Governador Geraldo Alckmin, do PSDB de São Paulo.



O SR. GERALDO ALCKMIN - Quero cumprimentar e agradecer à Comissão Especial de revisão do pacto federativo, em especial ao seu Presidente, o Deputado Danilo Forte.

Saúdo o meu colega, o Governador Simão Jatene, e todos os Deputados e Deputadas Federais — é uma alegria revê-los e matar a saudade da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, para ser bastante objetivo, eu sintetizei em sete pontos a análise sobre a questão do pacto federativo.

O Brasil é uma República Federativa, mas é muito no papel. Na prática, ele é extremamente centralizado. Os Estados e Municípios têm uma grande fragilidade. E, em um país continental como é o Brasil, o Governo centralizado não é o ideal. Os melhores modelos federativos — Estados Unidos, Canadá, Alemanha — são federações bastante fortes. E quem ganha com isso é a população. Há o princípio de subsidiariedade, segundo o qual o que o Município puder fazer, o Estado não deve fazer; o que o Estado puder fazer, a União não deve fazer; e o que a sociedade puder fazer, o Governo não deve fazer.

Nossa primeira questão é sobre o ICMS, imposto importante para Estados e Municípios, e há uma discussão em relação à reforma do ICMS dentro da reforma tributária. Hoje a alíquota interestadual é de 7% a 12%, na transferência dos bens ou serviços. E a proposta é de redução dessa alíquota interestadual para 4% e 7%, uma redução gradual, uma escadinha, durante 5 anos. Então, o que é 12% vira 11%; o que é 7% vira 6%; depois, o que é 11% vira 10%; o que é 6% vira 5%. Enfim, depois de alguns anos, nós chegaríamos à alíquota interestadual entre 7% e 4%; 7% entre os Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste; e 4% entre os Estados do Sul e do Sudeste.

Haveria dois fundos: um seria o fundo de compensação. Quando nós reduzimos a alíquota interestadual, fazemos com que o ICMS caminhe da origem para o destino. Ele começa a deixar de ser um imposto gerado onde se produz, onde está o fato gerador, para ser um imposto gerado onde se consome. Então, os chamados Estados exportadores líquidos perdem, porque mais produzem do que consomem. Dessa forma, para esses Estados que tivessem perda de arrecadação,



haveria um fundo de compensação durante “x” anos. E o outro fundo seria o fundo de desenvolvimento para o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste.

Esse é o esboço que foi bastante discutido, bastante amadurecido no Conselho Nacional de Política Fazendária — CONFAZ. E nós somos favoráveis a que haja esta reforma do ICMS, desde que ela seja feita de forma escalonada, em 5 anos, e que haja o fundo de compensação para quem perde e o fundo de desenvolvimento para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Eu queria chamar a atenção para o fato de que nós somos favoráveis a que haja, dentro desse entendimento da reforma do ICMS, a convalidação da chamada guerra fiscal passada. Mas isso deve vir no bojo da reforma. Se for aprovada antes da reforma, aí dificilmente a reforma caminhará.

E a outra questão que eu queria também aqui destacar é que nós defendemos a última proteção que a Federação tem, que é a unanimidade do CONFAZ. A quebra da unanimidade do CONFAZ fragiliza ainda mais os Estados federados. Então, defendemos a reforma do ICMS, somos favoráveis à reforma, à convalidação da guerra fiscal ocorrida, à redução das alíquotas interestaduais em 5 anos e à criação do fundo de desenvolvimento e do fundo de compensação.

Em relação ao segundo tema, nós somos totalmente favoráveis ao apoio ao MEI, à microempresa e à pequena empresa. Nós devemos estimular a pequena empresa.

Quero chamar a atenção para um projeto aprovado no Senado, o Projeto de Lei Complementar nº 45, de 2015, que veio para a Câmara Federal e que acabou trazendo grandes distorções para a economia. Eu vou dar um exemplo bem prático: o imposto sobre o combustível. Se ele for um posto de gasolina do SIMPLES, ele paga 3,95% de ICMS; se ele for um posto de gasolina normal, ele paga 25%. Vai quebrar o posto de gasolina vizinho. Não é possível um posto de gasolina pagar 3% e o outro pagar 25%. A mesma coisa, a farmácia: a farmácia do SIMPLES pagaria 3,95%, e a outra farmácia, 18%. Vai quebrar a outra farmácia. A mesma coisa o supermercado: o supermercado do SIMPLES pagaria 3,95%, e o outro supermercado pagaria de 7% a 12%, faixa de alíquota referente a alimentos, ou até chegaria a 18%, a alíquota do ICMS referente aos produtos de limpeza.



Isso significa uma perda muito grande para os Estados e para as Prefeituras. Nós calculamos que a perda pode ir de 3 a quase 8 bilhões, em razão dessa proibição da não aplicação da substituição tributária, no caso do SIMPLES, gerando grande desorganização entre os concorrentes na cadeia de comércio.

O terceiro item é a questão dos precatórios. Infelizmente, uma boa proposta de emenda à Constituição aprovada pelo Congresso Nacional perdeu no Supremo por um voto. Foi impetrada uma ADIN e, por um voto, foi declarada inconstitucional não a PEC inteira, mas partes dela. E aí se estabeleceu a obrigatoriedade de se pagarem todos os precatórios até 2020.

Vou dar um exemplo que conheço bem. Uma Prefeitura de São Paulo deve quase 16 bilhões. Como ela vai pagar 16 bilhões em 4 anos, praticamente, visto que este ano já está quase no meio? Com essa crise fiscal, como ela vai conseguir pagar 16 bilhões? Então, há a necessidade de se buscar uma alternativa para se cumprir a decisão da Suprema Corte.

O Senador José Serra, que, aliás, também está presente a este encontro, apresentou uma emenda que permite retirar 70% dos depósitos tributários para pagamento de precatórios. Nós estamos propondo, além disso, que se permita retirar 30% dos depósitos não tributários exclusivamente para pagar precatórios, para que possamos pagar os precatórios. Então, está sendo estudada uma PEC para podermos permitir aos Estados e Municípios, até ao Governo Federal, que tem uma dívida menor, o cumprimento dessa decisão.

O quarto item é o COMPREV. Por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte, estabeleceu-se a contagem recíproca. O tempo do trabalhador rural vale para o a cidade, o tempo do público vale para o do setor privado, e o tempo do trabalhador privado vale para o do setor público.

Ninguém entra no Governo do Estado — aqui nós temos vários ex-Governadores — como o primeiro emprego. Um promotor de Justiça, um procurador de Estado, um delegado, um médico, enfim, eles já trazem um tempo de experiência do setor privado. E aí eles vão se aposentar pelo Governo Estadual. Então, aquele dinheiro que foi pago para o INSS, pelo qual eles não vão se aposentar, precisa ser compensado, o COMPREV, ele precisa ser devolvido ao Estado. O Ministério da Previdência Social não devolve. Ele fica com o dinheiro, e o funcionário se aposenta



pela Prefeitura ou pelo Estado. Portanto, há essa contagem recíproca e a compensação. Um compensa o outro. No caso, por exemplo, do Distrito Federal, eu tenho a impressão de que ele deve ter mais de 600 milhões, algo que não é compensado.

Nós propusemos que haja uma compensação no pagamento da dívida daquilo que o Ministério da Previdência reconhece. Por exemplo, no caso de São Paulo, o Ministério da Previdência reconhece que está devendo 250 milhões, e há 600 milhões em análise, que também são devidos, mas cuja análise demora um pouco. Isso já reconheceu permitir a compensação da dívida.

O quinto item é o financiamento da saúde. A população envelheceu. O Brasil hoje não é mais um País jovem; é um País maduro, caminhando para ser um País idoso. A Medicina ficou muito cara, muito sofisticada. No meu tempo de estudante, não existia tomógrafo, ressonância, nada disso. E o financiamento encolheu. À medida que o Governo Federal não corrige a tabela do SUS, ele vai, praticamente, saindo do financiamento.

A Assembleia Nacional Constituinte definiu que a Seguridade Social, o nosso *welfare state*, é um tripé: saúde, Previdência e assistência social. A Previdência é contributiva, tem que pagar por ela; se não pagar, não se aposenta. A assistência social não é contributiva, mas é para aquele que a lei determina: idosos e pessoas com deficiência. E a saúde é universal, da vacina ao transplante de órgãos, e tudo gratuito, ninguém paga nada, é a gratuidade total, com tudo incluído no SUS — remédios, cirurgias, transplantes. Ótimo! É uma medida necessária e justa. Mas quem paga? Os três Governos. Se não há dinheiro privado e não há pagamento nenhum, quem paga são os três Governos. Qual dos três? Quando começou, a participação Federal era de mais de 60%, e menos de 40% a participação dos Estados e Municípios. Hoje praticamente essa situação se inverteu. Os Municípios são extremamente sobrecarregados, os Estados também, e o Governo Federal foi saindo do financiamento.

A nossa proposta, além da correção da tabela do SUS, é a seguinte: nós atendemos — quanto melhor o hospital, mais se atende — pacientes que têm convênio. A lei permite cobrar. Só que quem tem que cobrar é o Governo Federal. E o Governo Federal nem sempre cobra. Se nós atendemos, e hoje o SUS não cobre



30% do custo da atividade, seja cirurgia, seja o que for, defendemos que se delegue isso aos Estados e às Prefeituras. Aquele que presta o serviço cobra da seguradora. No fundo, o doente já é atendido. Ninguém pode recusar um doente. Só que ninguém paga nada. Então, quem está ganhando é a seguradora. O paciente paga para ela, nós atendemos, e ela fica com o dinheiro. A nossa proposta é delegar aos Estados, para que os Estados e as Prefeituras possam cobrar e investir esse dinheiro a fim de melhorar o SUS.

A sexta proposta e penúltima é a desoneração do PASEP. Quando o PASEP foi instituído lá atrás, era um programa para o servidor público, era na conta dele. A Constituinte de 1988 acabou com isso. O funcionário não tem mais direito. E continuou a cobrança de 1% dos orçamentos estaduais e das Prefeituras. Para onde vai esse dinheiro? Para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES e para o Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT. Imagine uma Prefeitura pobre do interior do nosso País dar 1% da sua arrecadação para o BNDES?

Então, quanto ao PASEP, a nossa proposta é zerar a alíquota. Nem é preciso alterar a Constituição, nem é preciso mexer em nada, é só zerar a alíquota. Zerando a alíquota, os Municípios e os Estados deixam de pagar isso. Aliás, há um princípio jurídico de que um ente federativo não deve tributar o outro: o Estado não deve tributar a Prefeitura, a União não deve tributar o Estado — um não tributa o outro. O PASEP era para o funcionário, mas deixou de sê-lo e continua sendo cobrado. A União cobra impostos de Estados e Municípios.

A outra proposta é sobre o saneamento básico, apresentada pelo Senador José Serra — e acredito que possa haver outras também —, para que não se tribute o saneamento. Hoje não há imposto municipal nem estadual sobre água, mas há o PIS e a COFINS. As empresas de saneamento às vezes pagam mais contribuição do que investem. Esse dinheiro da contribuição poderia ser para investimento.

Finalmente, há uma proposta que não tem custo, mas que vem ao encontro da descentralização e da Federação: o art. 22, parágrafo único, da Constituição, que estabelece o que cabe privativamente à União — e é quase tudo.

Eu tive uma reunião hoje com a bancada federal e perguntei aos Deputados Federais: *“Quem já foi Deputado Estadual?”* E 60% deles já havia sido Deputado



Estadual. “*E sobre o que vocês podiam legislar?*” “*Nada*”. É o orçamento em favor da rodovia; é legislação federal sobre tudo o que se possa imaginar — Códigos Civil, Penal, Tributário e Eleitoral.

Então, o parágrafo único diz que lei complementar poderá autorizar as Assembleias, os Estados, a legislarem sobre algumas matérias específicas. Isso não custa dinheiro. Por exemplo: nós elaboramos algo aqui, e peço permissão para deixar isso nesta Comissão do Pacto Federativo. No art. 22, parágrafo único, quatro medidas poderiam ser delegadas na fase pré-processual, de inquérito: procedimento de investigação presidido pelo delegado de polícia; atos procedimentais no inquérito policial; fase preliminar no juizado especial criminal; medidas cautelares na investigação de crimes hediondos e de crimes organizados. Enfim, esses são alguns tópicos.

O professor de Direito Constitucional, Alexandre de Moraes, é o nosso Secretário de Segurança, e eu o convidei para estar aqui conosco. Nós apresentamos esses tópicos no Comitê dos Secretários de Segurança dos Estados. Poder-se-ia delegar isso hoje, nessa fase do inquérito pré-processual. Gasta-se um dinheirão, faz-se um trabalho em duplicidade, em triplicidade, e se leva 1 ano e meio para intimar uma testemunha, o que é um desperdício de tempo e de dinheiro. Então, poder-se-ia delegar isso aos Estados, na fase pré-processual, e cada Estado faria a sua legislação. Dessa maneira se economizariam recursos, e se ganharia tempo, e se teria mais agilidade.

Essas são algumas propostas para regulamentação do art. 22 da Constituição Federal, permitindo essa delegação aos Estados e fortalecendo a Federação.

A nossa palavra é de agradecimento, Presidente, pelo convite e por esta oportunidade de estar aqui na Comissão do Pacto Federativo, e ainda tão bem acompanhado pelo Prof. Simão Jatene. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Governador Geraldo Alckmin.

Aproveito a oportunidade para convidar o Senador José Serra para compor a Mesa. S.Exa., junto comigo, o Deputado Andre Moura e o Senador Romero Jucá, faz parte da Comissão Especial criada, em parceria com o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, e com o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, para



sistematizar exatamente este debate, de modo a podermos oferecer conjuntamente uma proposta de pauta de votação dentro do tema do pacto federativo.

Agora concedo a palavra ao Governador Simão Jatene. Posteriormente abriremos a palavra para o debate.

O SR. SIMÃO JATENE - Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Senadores. Inicialmente, eu quero cumprimentar, na pessoa do Deputado Danilo Forte, todos os que integram esta Comissão Especial e dizer, de maneira muito carinhosa e muito especial, que é uma alegria também dividir este encontro com o Governador Geraldo Alckmin.

Começo festejando a iniciativa da Câmara de constituir esta Comissão. E o faço por entender que a questão da Federação, num país de dimensão continental como o Brasil — além de diverso, lamentavelmente é desigual —, é quase uma imposição de realidade, e não uma opção.

Agora o nosso grande desafio é efetivamente fazer valer essa Federação, exercitar essa Federação. E aí qual é a minha percepção? Particularmente, num momento como este, em que os entes federativos se apresentam diante da sociedade fortemente marcados por certa incapacidade de responder às demandas dessa sociedade, o debate sobre a Federação e sobre a repactuação da Federação termina sendo marcado quase que exclusivamente pela questão tributária.

Ora, eu acho que rediscutir o pacto federativo é, sem dúvida alguma, rediscutir todo o complexo desenho de direitos e deveres na relação entre Estado e sociedade e na relação entre os entes que compõem e integram o Estado.

Antes de pontuar algumas coisas nas áreas tributária e fiscal, eu gostaria, sim, de levantar pontos que considero extremamente importantes para efetivamente termos uma Federação.

Um deles é o seguinte: pensar a Federação de uma forma grosseira, dando pelo menos a ideia de um sistema de equações. A questão da representação parlamentar, por exemplo, é uma delas. Eu tenho muita dificuldade de entender uma Federação em que a representação parlamentar, apesar de ser formalmente definida pelo tamanho da população das várias unidades federativas, não obedeça a esse critério.



Cito o exemplo do Pará. Se eu pegar o Censo 2010, veremos que o Pará tinha 7 milhões e 581 mil habitantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Peço silêncio ao pessoal que está perto da porta. O barulho está atrapalhando o Governador em sua palestra.

O SR. SIMÃO JATENE - Nas projeções de 2014, ele terá 8 milhões e 73 mil habitantes. Em 2010, o Maranhão tinha 6 milhões e 574 mil habitantes — menos que os 7 milhões e 581 mil do Pará; nas projeções de 2014, terá 6 milhões e 850 mil. Em 2010, Goiás tinha 6,3 milhões de habitantes; agora, 6 milhões e 523 mil.

Goiás tem 17 Deputados Federais; o Maranhão tem 18; e o Pará, 17. Ou seja, o Pará, hoje, com 1 milhão e 200 mil habitantes a mais que o Maranhão, 1 milhão e meio a mais que Goiás, tem menos Deputados Federais que o Maranhão e tem o mesmo número de Goiás. Deveria ter quatro a mais.

Então, eu acho que a rediscussão da Federação brasileira pressupõe que se inclua a questão da representação parlamentar; que se discuta a absoluta necessidade de rever o perfil de gastos neste País, que também não responde à condição necessária e precípua de uma Federação, que é ser a unidade do diverso; e pressupõe que se rediscuta as questões fiscal e tributária.

É clara a situação de urgência em que os Estados e os Municípios se encontram, marcados por um brutal desequilíbrio fiscal, com deveres que, de longe — de longe —, ultrapassam direitos e possibilidades. Isso nos empurra para centralizar o debate na questão tributária, na questão fiscal. Mas eu não poderia deixar de dizer aos senhores que este País certamente não será uma Federação caso não enfrente coisas que vão desde a representação parlamentar até o perfil do próprio gasto.

No meu modo de ver, acho absolutamente urgente que se tomem algumas medidas que possam recompor minimamente o equilíbrio das contas, que hoje terminam levando as unidades federativas a se apresentarem, diante da sociedade, como incapazes para responder às suas demandas. É necessário aprofundar essa discussão. Para mim isso tem várias razões e várias consequências.

Quantos projetos de redivisão de território, de criação de novos Estados etc. há hoje no Congresso? Para alguns, isso é apontado como uma panaceia para revolver problemas.



Então, entendo que essa recomposição da Federação é necessária e estratégica para a construção de uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais estável, principalmente na hora em que a distribuição do poder entre os entes federativos se coloque de forma melhor e que a crise deste ou daquele ente certamente não seja capaz de abalar a estrutura da própria sociedade.

Nesse sentido, eu sugeriria aqui, nessa área, que se discutisse e se pensasse num grande sistema de equação, o qual apelido de representação parlamentar. Gostaria que isso fosse também objeto da atenção desta Comissão.

Caminhando agora um pouco mais na direção da questão tributária e da questão fiscal — e não vou voltar a alguns pontos que o Governador Geraldo Alckmin já mencionou, com os quais concordo, como a questão da revisão do SUS —, acho que nenhum Estado tem qualquer dúvida em relação à absoluta urgência e necessidade disso. Da mesma forma, é a questão da desoneração do PASEP, conforme a proposta do Senador José Serra de desoneração do PIS e da COFINS. Acho que estamos todos de acordo nisso.

E também agregaria a essas medidas emergenciais de recomposição mínima de equilíbrio das contas o acesso aos depósitos judiciais, também proposto pelo Senador José Serra. Acho extremamente importante podermos caminhar nesse sentido, mas confesso aos senhores que há algumas questões mais estruturais que nos perseguem e que precisam de avanços. Sei que, quando falo sobre isso para uns que me conhecem um pouco mais, dizem: *“Lá vem o Jatene com a questão da desoneração das exportações”*.

Sras. e Srs. Deputados, eu tenho muita dificuldade de entender que a maior lógica para um país seja ele importar tudo do resto do mundo, porque, sobre as importações, para o Estado, ele pode cobrar ICMS. Ele vende tudo no mercado interno, porque sobre isso ele pode cobrar ICMS; e não exporta nada, porque sobre as exportações ele não pode cobrar ICMS. Tenho muita dificuldade de entender isso.

Imaginem se todas as unidades federativas resolvessem maximizar a sua posição adotando essa postura? Importa-se tudo do resto do mundo e sobre isso se cobra ICMS; vende-se tudo no mercado interno e sobre isso se cobra ICMS, e não se exporta nada. É disso que nós estamos falando.



Para que se tenha uma ideia, as exportações, em média, representam de 10% a 12% do PIB. No caso do Pará, elas representam entre 30% e 35% do PIB do Estado. Ou seja, nós já começamos a trabalhar com uma economia desonerada em um terço, já começamos a operar numa economia desonerada em um terço. Se formos além, pode-se dizer: *“Mas já não há uma compensação sobre isso?”* Não. Constitucionalizou-se a desoneração, mas a compensação deixou-se para uma legislação que até hoje não se realizou. E a cada ano ao que nós assistimos? Aos Estados numa posição absolutamente desconfortável, de pires na mão, para saber quanto é que se vai compensar este ano.

Para que se tenha uma ideia — dei-me também o trabalho de fazer esse cálculo —, nos primeiros anos, a desoneração chegou a compensar aproximadamente 50% ou 52% das perdas, isso para todos os Estados. No ano de 2013, ela não chegou a 6% das perdas dos Estados.

Então, custa-me crer que exista uma agressão maior à Federação do que esta: um Estado contribuir para o equilíbrio das contas externas do País, um Estado contribuir para o desenvolvimento brasileiro à custa do seu empobrecimento. Esse é mais ou menos o cenário.

Srs. Deputados, em nome do povo do Pará, eu não posso deixar de dizer que esta é talvez uma das questões mais graves que uma unidade federativa enfrenta. Para os senhores terem uma ideia, nós somos o segundo maior saldo na balança comercial brasileira. Ano passado nós exportamos 15 bilhões de dólares — 15 bilhões de dólares! Se pudéssemos tributar em 7%, seria 1 bilhão de dólares a mais. Nos 4 anos anteriores em que estive Governador, com muito sacrifício, conseguimos investir 5 bilhões de reais — em 4 anos, conseguimos investir 5 bilhões de reais! Num ano, se pudéssemos tributar em 7%, teríamos tido mais de 2 bilhões e meio de acréscimo.

Então, é muito difícil um Estado como o Pará ser grande produtor de energia, porque, como a energia é tributada no destino, e não na origem, deixa quase nada; ser grande exportador, porque, como as exportações são desoneradas, não deixam quase nada; e ter os indicadores sociais que temos.



Desse modo, entendo que a rediscussão da Federação se faz necessária. Por isso, faço a conexão inclusive com a questão da rediscussão da representação parlamentar.

Alternativas.

Acho que projetos sobre isso não faltam, até porque, sem dúvida alguma, deve causar espécie também o fato de as exportações serem desoneradas do tributo estadual do ICMS e a União cobrar Imposto de Exportação. *“Ah! mas é um imposto apenas, não é uma fonte importante de arrecadação; é um imposto regulador de mercado internacional, etc.”* Tudo bem, mas cobra também de exportação.

Acho que seria extremamente importante que se definisse um critério efetivo de compensação, já que se julga importante continuar desonerando primários e semielaborados, desde que haja critérios para isso. Talvez até chegássemos à posição de que, enquanto isso não é definido, se pudesse tributar. É fato que a Lei Kandir já tem década e que os Estados que contribuem decisivamente — insisto nisso — para o equilíbrio das contas continuam penalizados.

Ainda nessa área fiscal, acho que não pode estar fora de um debate a questão da recomposição das fontes dos fundos de participação. Esse é outro tema que não dá mais. Imposto de Renda e IPI já representaram algo acima de 70% da receita da União; hoje, pouco mais de 40%. E a União sempre buscando resolver o equilíbrio das suas contas. E Estados e Municípios é que são os responsáveis pela prestação daqueles serviços que cotidianamente incomodam ou são mais exigidos pela população — saúde, educação e segurança.

No caso específico do Pará, há algo que não posso deixar também de registrar. Eu acho que, na rediscussão federativa, necessariamente teríamos que regulamentar melhor essa questão da implantação dos chamados grandes projetos. Por que digo isso? Porque esses grandes projetos terminam se constituindo praticamente em territórios federais nos Estados onde são implantados. Exemplos não faltam, como o drama de Belo Monte, que os senhores devem assistir, de vez em quando, pela televisão — há aqueles que não conhecem diretamente: fecha canteiro, abre canteiro, põe polícia, fecha canteiro, abre canteiro...



Por que esses grandes projetos a rigor? E aí é bom que fique claro o seguinte: não me passa pela cabeça a ideia, nem pela de qualquer pessoa minimamente razoável, de que os Estados não tenham que contribuir para o desenvolvimento do País. Mas acho que só há uma forma justa e legítima, numa federação, de um Estado contribuir para o desenvolvimento do país: por meio do seu próprio desenvolvimento.

Então, a revisão de como se implantam os grandes projetos, que pode parecer algo fora da questão federativa, não o é. É uma agressão muito grande praticamente criar territórios para implantar um grande projeto em que a unidade federativa praticamente é desconsiderada, a não ser na hora que as demandas sociais, que certamente se agravam, inclusive devido ao fluxo migratório, batem à porta.

Sempre digo o seguinte: nesses grandes projetos de engenharia dificilmente há qualquer preocupação ambiental ou social. Depois, quando se pede para fazer o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental, chamados em conjunto de EIA/RIMA — após inventarem o AutoCAD, qualquer um pega o computador e faz isso com certa facilidade —, o projeto não se ajusta. Se o projeto fosse de uma roupa, ela não caberia: a camisa ficaria com a manga curta; a calça ficaria com a perna comprida ou folgada na cintura.

Aí se cria o rol de condicionantes. E aquela sociedade local, que já vive numa histórica condição de insuficiência, vê naquilo a possibilidade de realizar o sonho de resolver todos os seus problemas. Cria-se um brutal rol. A empresa, como quer o licenciamento, assina qualquer coisa. A partir daí, começa o rosário.

Por que não se pensa num fundo antecipatório? Esses projetos gerarão tributos para a União, para o Estado e para o Município depois de serem postos em marcha. Por que não se pensa que esses tributos que serão gerados poderiam ser antecipados, financiados por um banco de desenvolvimento, garantindo um programa de desenvolvimento ou de investimento regional que caminhasse paralelamente ao investimento da obra específica de engenharia, seja ela a construção de uma hidrelétrica, seja ela a implantação de qualquer coisa do gênero?

É por isso, Srs. Deputados, que entendo que a rediscussão federativa é de fato urgente e tem um grau de complexidade que, sem dúvida, nos instiga a todos.



Queria agregar só mais um ponto. O Governador Geraldo falou com muita propriedade sobre a necessidade de rediscutir o financiamento da saúde. Eu queria agregar que é importante que haja uma discussão aprofundada sobre a questão do financiamento da segurança pública, tema que hoje, sem dúvida alguma, assusta e assombra a sociedade brasileira nos quatro cantos deste País.

Não quero me alongar mais. Quero apenas mais uma vez festejar a iniciativa desta Comissão, dizendo que ela representa sempre uma esperança de que efetivamente o pacto federativo não seja ou continue sendo apenas uma justaposição de palavras, mas que possa ser efetivamente algo exercitado e que contribua para que tenhamos um país melhor.

Parabéns!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Gostaria de agradecer as palavras do Governador Simão Jatene, que fez não só um discurso técnico, mas um discurso em cujas palavras pudemos sentir o seu coração pulsar e, inclusive, o seu amor pelo seu Estado, o Pará.

Queria aqui registrar um pedido do Governador Marconi Perillo, que não pôde se fazer presente nesta audiência de hoje. Também faço o registro de que foram convidados Governadores de outros partidos — aqui eu estou me sentindo numa verdadeira ilha, rodeado de membros do PSDB por todos os lados, e isso vai render muita fofoca para a imprensa depois.

Foram convidados também o Governador do Ceará, Camilo Santana, que é do PT; o Governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, do PMDB; e o Governador Ivo Sartori, do Rio Grande do Sul, também do PMDB. Eles ficaram de compatibilizar suas agendas. Então, em outros momentos nós teremos também aqui Governadores de outros partidos.

Conforme o procedimento, a palavra agora será do Relator-Substituto, o Deputado Haully. Depois, nós ouviremos um comentário do Senador José Serra e, então, abriremos a palavra para os inscritos. A cada três inscrições, os palestrantes, tanto o Governador Alckmin quanto o Governador Jatene, farão uso da palavra para responder a algumas das indagações que tenham sido feitas.



Tem a palavra por 5 minutos o nosso Relator-Substituto, o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Sr. Presidente Danilo Forte, em nome do Deputado Andre Moura, que não está presente, como Relator-Substituto, saúdo estes dois grandes Governadores, Geraldo Alckmin e Simão Jatene, bem como este grande homem público, o Senador José Serra.

Vamos direto ao ponto, porque o tempo aqui é precioso. Estamos numa encruzilhada da vida pública brasileira, das finanças públicas do nosso País. Há uma crise econômica e financeira gravíssima, sem considerar a crise ética e moral, que é de igual proporção.

Temos um problema urgente, que é a crise econômica que afeta toda a sociedade brasileira. Ela afeta em especial Estados e Municípios, que não têm mais o poder de emitir títulos ou de fazer antecipação de receitas orçamentárias.

Hoje, em razão das restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, um Prefeito ou um Governador não têm mais como se socorrerem. Tudo depende da autorização a ser obtida no Senado e na Secretaria do Tesouro Nacional, dado o limite de endividamento de duas vezes o valor da receita corrente líquida, que o Tesouro Nacional e a Lei de Responsabilidade definiram como uma vez, e o compromisso do Programa de Ajuste Fiscal, que obrigam os entes federados a caminhar para um endividamento equivalente ao valor de um orçamento ou de uma receita líquida por ano. Esse é o primeiro problema federativo gravíssimo, que está acima até desta Comissão Especial do Pacto Federativo.

Srs. Governadores, Senador Flexa Ribeiro, demais Senadores, não é mais possível fazer política de resolução dos problemas federativos conjunturais sem a presença coletiva dos Governos dos entes federados. Não é possível que cada Governador ou Prefeito venha aqui isoladamente resolver o seu problema.

É preciso institucionalizar a política de Governadores reunidos com o Presidente da República e com os seus Ministros, sendo amparados pelo Senado da República, que é a Casa dos Estados. A situação é gravíssima. Eu tenho notícias de Estados que, a partir de agosto, não terão dinheiro para pagar o custeio. Eles só terão dinheiro para a folha de pagamento.



O Presidente Danilo Forte, o Relator e esta Comissão estão caminhando para dividir os trabalhos relativos ao pacto federativo em duas partes: reformas conjunturais e reformas estruturais de médio e longo prazo. Não é possível trabalhar as duas pretensões ao mesmo tempo.

Há aqui um elenco de solicitações feitas pelos Municípios — o Presidente Danilo as tem na ponta da língua e poderá explicitá-las item por item, se for o caso, —, e alguns pontos batem com o relatório dos Governadores Geraldo Alckmin e Simão Jatene.

São Paulo, o grande Estado do Governador Alckmin, é o coração do Brasil. Ele tem a maior população — 44 milhões de habitantes — dentre os Estados do Brasil e é responsável por 34% do PIB nacional.

O ICMS é o principal imposto do País e o principal instrumento de arrecadação de imposição dos Estados. É indiscutível que os problemas que o ICMS tem no Brasil — as alíquotas, a guerra fiscal — são gravíssimos e, do meu ponto de vista pessoal, insolúveis, porque a experiência de ICMS cobrado por unidades federativas é *sui generis*. Todos os IVAs do mundo inteiro são centralizados, são nacionais.

O que nós temos? Alíquotas enormes, renúncias enormes e guerra fiscal, que acabam diminuindo as receitas e geram uma série de problemas de exportação, como disse o Governador Simão Jatene.

É óbvio que o País tem necessidade de exportar, mas é preciso ter a imunidade recíproca como têm os outros países. E o minério é uma riqueza finita. Então, teria que haver uma compensação, além dos *royalties*. Assim, sem dúvida alguma, Simão Jatene está correto.

No caso do produto agrícola *in natura*, como é o caso do Paraná, de Mato Grosso e de outros Estados, entendo que as alíquotas elevadas acabam prejudicando os Estados na arrecadação, porque, se você tem uma alíquota elevada para algo de cuja produção dois terços são exportados e um terço é consumido, é óbvio que os créditos da exportação serão maiores. Se houvesse alíquotas menores internamente, poder-se-ia pensar até em empatar, para não haver nem lucro nem prejuízo na arrecadação dos itens básicos da alimentação.



Com relação à convalidação da guerra fiscal, isso é importantíssimo. No caso do Fundo de Compensação, se aprovada a redução da alíquota interestadual para uma porcentagem baixíssima, de 3% ou 4%, ela sozinha acabaria com a guerra fiscal, o que promoveria o desenvolvimento regional.

Quanto às micro e pequena empresas, Prefeitos e Governadores estão fazendo um alerta referente à preocupação com a ST e com o aumento de incentivos. Eu posso dizer com muita tranquilidade, porque fui Relator tanto da Lei Kandir quanto da Lei da Micro e Pequena Empresa. Então, há ganhos e há perdas. O fato é que a estrutura do sistema é bastante complexa e onerosa. Então, fica registrado o alerta, trazido pelo Governador Alckmin, para a Comissão.

Quanto aos precatórios, estão cobertos de razão os Governadores, porque a União Federal já faz a utilização dos precatórios.

O COMPREV, estabelecido pela Lei Haully, porque fui eu que acabei regulamentando essa matéria, Governador Alckmin e Governador Jatene, tem um passivo, assim como a renúncia fiscal, detectada pelo Tribunal de Contas da União, de 190 bilhões, num corte de apenas 5 anos. Se você pegar os últimos 7 anos, esse número vai para 250 bilhões, que é metade da dívida que os Estados e Municípios têm para com a União.

Você tem mais o COMPREV e o PASEP, que é cobrado indevidamente, algo que ficou. Essa cobrança indevida passou batida durante esses anos todos. Tem muita razão o Sr. Governador.

Com relação ao financiamento da saúde, nós estamos aqui escaldados, a Frente Parlamentar da Saúde, observando que, de 2000 para cá, a participação relativa da União no financiamento da saúde caiu de 58,9% para 43 ou 44%, 15 pontos ou mais reais do financiamento total. Isso dá mais de 35 bilhões de reais por ano, que, teoricamente, poderiam resolver os problemas do SUS nacional.

A União Federal foi empurrando para Estados e Municípios o SUS desde a Constituinte, até um pouco antes, quando vieram as AIS, o SUDS e o SUS, e foi se afastando do financiamento de algo que é vital. E é ela que detém a arrecadação das contribuições previdenciárias, além da contribuição de empregado e empregador, que vai para a Previdência.



Sem dúvida alguma, há uma luta antiga nossa aqui na Casa, no Senado e na Câmara, para tirar do saneamento — água e esgoto — a tributação de PIS/PASEP. É descabido. E cabe a esta Comissão receber essa matéria, sem dúvida alguma.

Outras questões de descentralização, previstas no art. 22 da Constituição, ficam mais para o pessoal da área jurídica. Eu não tenho condição de falar delas.

Quanto ao que falou o Simão Jatene, também muitas coisas são comuns, e discutir o pacto é discutir as competências e deveres.

Eu tenho dito aqui que vamos começar por quanto custa a saúde e como vamos pagar por ela, fazendo todo o cálculo novamente dos 150 milhões de brasileiros que são atendidos pelo SUS e os 50 milhões que têm financiamento particular, que têm algum tipo de plano de saúde.

Quanto custa a educação, novamente? Mas não dá para fazer, neste momento, nesta Comissão. Está aqui o Júlio César que faz as *per capita*s mais benfeitas deste País. Ele tem tudo detalhado nos trabalhos que tem feito, em seus compêndios, até melhor do que muitas informações do IBGE.

Você tem as *per capita*s, tem a receita média *per capita* e tem a razão federativa. Resolvida essa questão estrutural, resolve-se também, Simão Jatene. Eu estou convencido de que nós deveríamos ter um Fisco nacional, nem federal, nem estadual, nem municipal, mas um Fisco em que os três entes federados, de acordo com sua receita disponível, pudessem ser sócios paritariamente, como qualquer grande empresa no mundo.

Nós teríamos um Fisco, juntando os melhores dos três Fiscos, reduzindo as alíquotas para dar competitividade ao País, senão, não teremos como competir com nenhum país do mundo, porque o nosso sistema tributário é o maior impeditivo, seguido pela legislação trabalhista e pela questão previdenciária.

Eu já falei da exportação, e dei razão ao senhor; segurança pública é o outro item da despesa pública deste País. E a Lei Kandir foi benéfica. O Brasil tornou-se a maior planta exportadora do mundo, mas também nos tornamos a fazenda do mundo. Nossos empresários deixaram de industrializar. Somos exportadores de produtos *in natura*, semielaborados e minerais, temos bônus, riqueza. Quem colhe é o Governo Federal, que tem 375 bilhões de dólares depositados em Nova Iorque,



que veio tudo do agronegócio e dos minerais, 100%. Não tem 1 centavo de outros setores. Hoje, para cada dólar que nós exportamos de manufaturado, o Brasil recebe 2 dólares. Esse é o dado que eu peguei em São Paulo. Para cada dólar de manufaturado exportado, o Brasil recebe 2 dólares. Isso quer dizer que estamos desindustrializando.

Agradeço a participação de todos.

Parabenizo os dois grandes Governadores e o Senador José Serra a contribuição dada a esta Comissão, que engrandece e fortalece o Parlamento e esta Comissão Especial.

Acredito, Deputado Danilo Forte, que é uma missão muito difícil fazer essa consolidação dos pequenos problemas e depois dos problemas maiores da Federação brasileira, que, sem dúvida alguma, está muito longe de ser uma Federação. Nós estamos mais próximos de um Estado unitário, centralizador, arrogante e egoísta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Muito bem, Vice- Presidente Hauly.

Com a palavra o Senador José Serra.

O SR. SENADOR JOSÉ SERRA - Auspicioso que os Presidentes da Câmara e do Senador tenham tomado essa iniciativa de ter uma Comissão Mista, Deputados e Senadores, inclusive, convocando os Governadores. Eu tenho certeza de que conseguiremos promover avanços neste ano. Isso introduz um elemento que se chama pressa. No Governo Collor, uma vez, eu dei uma entrevista dizendo que o estilo do Governo Collor era o da cavalaria antiga, rápido e malfeito. Pois bem, nós temos de fazer o contrário, rápido e benfeito, as coisas têm de ser benfeitas. Então, temos de trabalhar muito nos próximos meses.

Quero fazer alguns comentários sobre as exposições dos Governadores. O Governador Alckmin está certo em relação à questão PASEP. Já tem projeto. Eu descobri quando eu ia fazer que há um projeto do Aloysio Nunes. Trata-se de ativar no Senado. Creio que o Deputado Ricardo Tripoli apresentou o projeto ou vai apresentá-lo aqui na Câmara. Deve ter outros.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Há emendas em todas as medidas provisórias.



O SR. SENADOR JOSÉ SERRA - Temos que apressar tudo isso, para que, onde aprovar primeiro, cavalgue na outra Casa ganhando tempo. Creio que isso é consensual.

Quero dar aqui um número que é pouco conhecido: o PASEP arrecada de Estados e Municípios 3,5 bilhões por ano. Não é pouca coisa. Claro que, às vezes, se superestima, porque se conta o PASEP arrecadado pela própria União, mas 3,5 bilhões é um bom dinheiro que é cobrado indevidamente. Nós não vamos poder fazer uma Comissão só para tirar receita do Governo Federal, mas esta tem que ser a eleita. Nós devemos nos concentrar, Deputados Danilo Forte e Luiz Carlos Hauly, nisso.

Um segundo aspecto que o Governador Alckmin mencionou é o dos precatórios. Esse é um aspecto, que, em geral, passa ao largo, no Congresso, pela minha própria experiência desde a época da Constituinte.

Na segunda metade da década passada, nós conseguimos aprovar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Peço um pouco de silêncio, principalmente aos assistentes, para podermos ouvir o Senador José Serra.

Obrigado.

O SR. SENADOR JOSÉ SERRA - O Relator, aliás, foi o Deputado Eduardo Cunha. Eu tinha tomado a iniciativa junto ao Temer, e o Temer sugeriu Eduardo Cunha. Trabalhamos juntos e foi aprovada a PEC dos Precatórios, que equacionava a questão, quebrava a ordem de pagamento, porque, muitas vezes, um precatório de 10 bilhões está na frente de um precatório de 1 milhão para viúvas, e fica paralisado por causa da tal da ordem. Isso quebrou.

Ao mesmo tempo, havia a ideia de que, nos grandes pagamentos, seriam feitos leilões com descontos, porque, francamente, nunca o que tem que se pagar do precatório equivale a menos de duas ou três vezes o valor real das coisas, porque isso foi inflado ao longo dos anos, mas ainda, paralelamente, nós tomamos a iniciativa e conseguimos junto ao Senado e à Câmara, diminuir os juros pagos pelos precatórios, que eram de 20% ao ano, juros de mora, isso e aquilo, uma aplicação incrível. Reduzimos para o juro da poupança, quer dizer, TR mais 6%.

O Supremo, primeiro, declarou inconstitucional a emenda, mas não tinha o que por no lugar e se arrependeu. Aí, no final, foi feita uma conciliação



supostamente. E o Alckmin mencionou que era para pagar tudo até 2020. É impossível, mas teve uma coisa: mexeram na taxa de juros. Francamente, uma taxa de juro para precatório igual à da poupança era razoável, quer dizer, estão superindexando.

A moda de juros explosivos, no Brasil, chegou, inclusive, ao Judiciário. Essa é que é a verdade. Nós temos que revogar isso. Temos de mudar isso com rapidez. Isso tem um peso imenso. Inclusive, na questão dos depósitos judiciais, quando apresentamos o projeto, já contemplava que parte deles seria usada para precatório.

Quero chamar a atenção para o fato de que essa vai ser uma bela batalha. O Governador Alckmin vai apresentar o projeto. Nós vamos ter uma base para trabalhar em cima dele e temos que dar prioridade número um. Com a vantagem de que o Presidente da Câmara conhece bem o assunto como ninguém, porque S.Exa. foi Relator.

Em relação ao outro aspecto do saneamento, só quero chamar a atenção para uma coisa. Não se trata, Haully, de desonerar o PIS/PASEP sobre o saneamento. A arrecadação é de cerca de 3,5 bilhões por ano, que se extrai do setor de saneamento dos Municípios e dos Estados. A ideia não é deixar de cobrar, porque se deixar de cobrar vai para a tarifa menor ou vai para lucro das concessionárias. A ideia é continuar cobrando, mas vinculando aos investimentos e forçando para que os investimentos aumentem, tanto que os projetos só serão aprovados, só haverá transferência se superar a média de investimento dos últimos 5 anos, porque, senão, o que vai se fazer simplesmente é financiar Estados e Municípios, mas o diabo do saneamento vai ficar ao deus-dará.

Esse projeto está andando no Senado e está andando na Câmara, a partir de projeto semelhante apresentado pelo Deputado Papa. Ou seja, uma vez aprovado pela Comissão, Deputado Danilo Forte, o projeto rapidamente vai virar lei.

Outra questão, que o Alckmin mencionou com toda razão, é a saúde. Aqui eu quero, e não é para ficar remoendo, apontar o caráter desastroso que foi aquela emenda constitucional, mudando a vinculação do PIB para receita. Eu era Ministro da Saúde quando fizemos a vinculação ao PIB. Por que ao PIB e não à receita? Porque o PIB varia menos. A receita agora caiu 5%, o PIB, 1%. A saúde está tendo



uma perda extra por conta disso. Eu acho que é preciso voltar a vinculação ao PIB e compensar pelo que aconteceu nesse período.

Agora, essa é a questão mais dramática. Em São Paulo, é raro um Prefeito que tenha menos de 30% a 40% de ruim e péssimo. E o motivo é a saúde, porque o Prefeito é a autoridade exposta, é a principal vítima. É uma crueldade não só política, mas com as pessoas. Então, temos que exercer a criatividade para ver como fazer, numa recuperação gradual.

Em relação aos depósitos judiciais, projeto que foi aprovado no Senado e veio para a Câmara — e já foi aprovado na CCJ, mas ainda não foi no plenário —, quero chamar a atenção sobre a urgência de ir logo ao plenário, porque não interessa ao Governo. Há consenso em torno disso, então, vamos fazer logo a votação aqui na Câmara.

Uma coisa à parte que vale para os dois Governadores é concentrar na emenda do Deputado Mendonça Filho, que proíbe projetos da União que criem despesas para Estados e Municípios sem o ressarcimento. É uma loucura o que aconteceu com o piso salarial, o que aconteceu com a hora-atividade. É uma loucura! Temos que trabalhar, ver bem a emenda, mas caminhar rapidamente, porque ser heroico, ser Tiradentes com o pescoço alheio, é uma moleza, que é o que o Governo Federal, em geral, faz.

Então, essa PEC tem que ter prioridade número 1.

No que se refere às questões que o Simão Jatene coloca sobre Lei Kandir, que eu estenderia à questão do COMPREV, nós temos, caros Governadores, que ver bem a avaliação quantitativa, ou seja, quanto se está devendo de Lei Kandir, quanto se deve de COMPREV, e fazer um projeto. Eu pedi para levantar os números. Não é simples, até porque o Governo Federal demora — e o Alckmin dizia — para reconhecer a dívida previdenciária, etc. Temos que criar um projeto que permita esse ressarcimento, que pode ser via dívida, ou sobre o estoque da dívida, que reduz, ou sobre o fluxo da dívida, dependendo do montante, mas é uma dívida que inclusive não está contabilizada na necessidade de financiamento público da União. É calote! Essa é que a verdade.

E quem fez campanha com o Jatene sabe que é uma delícia comício no Pará, porque ele canta, inclusive, aquela música Romaria — “Sou caipira, Pirapora” — com



aquela multidão. O Jatene é dramático, mas ele não é menos verdadeiro por ser dramático. Tem dois Estados que são mais vítimas fiscais no Brasil, um é o Rio Grande do Sul, por motivos que não é o caso, e o outro o Pará, porque é o maior exportador de produtos primários não tributados pelo ICMS.

Então, Jatene, nós temos que ver isso a partir da Lei Kandir, da questão do COMPREV, com medidas drásticas, como permitir a tributação em condições excepcionais por parte dos Estados. É uma medida dramática? É, mas eu não vejo como a União pode se mexer se isso não acontecer.

Por outro lado, ele falou dos investimentos, e aqui quero chamar a atenção para uma coisa: neste ano, o Congresso tem que aprovar o PPA — Plano Plurianual, que devo dizer, modestamente, que eu introduzi na Constituição junto com a LDO.

Pois bem, o Plano Plurianual é um instrumento importante do entendimento entre União, Estados e Municípios. O que não pode ser feito somente pelo Governo Federal. Entendeu, Danilo? Nós temos de fazer um pacto com o Governo Federal em que o Congresso participe e os Estados. Vamos nos ver livre, inclusive, de loucuras como foi o trem-bala. E a loucura de hoje é essa ferrovia para o Peru, que não serve para nada e custa uma fortuna. O Governo tem mania com essas histórias. Lembrem que o trem-bala custaria 75 bilhões de reais para transportar passageiros, e não carga, de São Paulo para o Rio, e não tem demanda, tanto que, no projeto, eles ofereceram subsidiar as passagens. Tudo isso para quê? Para obter tecnologia para o trem-bala, que não serve para nada. E, depois, quanto poderia valer essa tecnologia? Quatrocentos milhões?

Eu me lembro sempre de uma história sobre a origem do churrasco, de um escritor inglês. Ele disse que o churrasco nasceu na China, porque, numa noite, uma família de camponeses saiu de uma aldeia, deixou os animais dentro de casa, como era na Idade Média, e a casa pegou fogo. Tinha um porquinho, que foi assado pelo fogo. Eles voltaram, viram que o porquinho cheirava bem, chamaram toda aldeia e comeram o porquinho. A partir daí, a aldeia fez o seguinte: cada vez que queriam comer churrasco, fechavam o porquinho em casa e colocavam fogo na casa para assar o leitão. Quer dizer, a questão do trem-bala é pôr fogo na casa para assar o leitão. Quer a tecnologia? Suborne russos, chineses, e compre a tecnologia. Não vai



gastar 75 bilhões. Nesse aspecto, o Governo — e me perdoem os partidos que o apoiam — é aloprado em matéria de investimento.

Acho que o Congresso, participativamente, vai ser muito mais realista. E essa lei nós vamos ter de votar aqui. Então, vamos votar os projetos que angustiam, que combinam com os Estados, que conhecem melhor do que nada suas necessidades. Essa é uma questão nova, que estou aproveitando a oportunidade e a presença dos Governadores para debater.

O Congresso vai votar neste ano o PPA. Quando eu fiz o PPA, no Governo Fernando Henrique, a experiência anterior era que o Governo fazia e passava sem que ninguém metesse o bico. Não pode ser mais assim. Hoje, o Congresso, o Senado e Câmara, tem uma força que eu não me lembro de ter existido no passado. Então, o que a gente deve fazer? Não vamos fazer loucuras. Vamos usar essa força para o bem, para o bem da Federação e para o bem do Brasil. Vamos trabalhar com competência e consciência.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Senador.

O Relator da LDO deste ano é o Deputado Ricardo Teobaldo, o do PPA ainda não foi definido. Eu também participo como coordenador da bancada.

O SR. SENADOR JOSÉ SERRA - Então, vamos ver quem vai ser, porque é uma função decisiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Inclusive essa mesma sistemática que nós estamos dando ao pacto federativo, vamos procurar construir exatamente para poder fazer esse PPA e a LDO do ano que vem, até porque muitas dessas matérias poderão já ser introduzidas pela LDO.

Quando fui Relator em 2012, nós introduzimos o orçamento impositivo na LDO, que hoje é um grande artifício, inclusive na autonomia do Congresso Nacional, principalmente da Câmara dos Deputados.

Nós temos 12 Deputados inscritos. Então, quero dividir em dois blocos para falarem. Depois, os Governadores Simão Jatene e Geraldo Alckmin poderão fazer a introdução de suas colocações.

Com a palavra o primeiro inscrito, Deputado Milton Monti.



O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Caro Presidente Danilo Forte, caro Relator Substituto, Deputado Luiz Carlos Hauly, Governador Geraldo Alckmin, Governador Simão Jatene, Senador José Serra, colegas Deputados e Deputadas, inicialmente, quero saudar o Deputado Danilo Forte pelo trabalho realizado nesta importante Comissão e também o Presidente da Casa, Eduardo Cunha, por ter propiciado que este debate pudesse aflorar e pudesse acontecer na Câmara, enfim, no Congresso Nacional.

É evidente que esse assunto é bastante árido, difícil. Eu até diria que ele é meio parecido, com suas reservas evidentemente, com a reforma tributária. É difícil chegar a um consenso, e acho que o nome pacto foi bem escolhido, porque nós não haveremos de fazer nada sem um pacto. Não é possível que o Congresso avance sem que haja um pacto com Prefeitos, Governadores e Governo Federal.

Não há nenhuma dúvida de que a Constituição de 1988 deu ganhos reais aos Municípios especialmente, e alguns ganhos aos Estados. O Estado realmente foi aquele que mais participou na redistribuição dos recursos, porque o ICMS, que era de 20%, passou para 25%. Houve um aumento de 25% na distribuição do ICMS para os Municípios.

Ao longo do tempo, após 1988, o Governo Federal usou todos os artifícios possíveis, criando várias contribuições para que essas contribuições não fossem redistribuídas para Estados e Municípios, e nós fomos resolver isso.

O saudoso Líder, estadista Franco Montoro, tinha uma frase emblemática: “*O cidadão mora no Município*”. É lá que ele tem que resolver as suas dificuldades, as suas aflições, especialmente na saúde, na segurança e na educação. É evidente que nós precisamos reformar isso.

O Governador Geraldo Alckmin coloca aqui posições, no meu entendimento, equilibradas. O Estado de São Paulo não se refuta a rediscutir a tributação do ICMS, mas ela tem que ser feita de forma paulatina, de forma global. É preciso discutir todo o pacote de mudanças nessa área. O Governador coloca aqui, com ênfase, a questão do PIS/PASEP. O Governador Jatene fala da desoneração das exportações, que é válida, mas é preciso compensar os Estados por conta disso, porque é uma política nacional do País. Enfim, nós temos que nos aprofundar em temas que são de muita importância para o País.



Para não me alongar muito, quero dizer da importância deste debate e sugerir que nós possamos, dentro do possível, caro Relator Substituto, caro Presidente, quem sabe, estabelecer aqui metas que possam ser decididas agora e entrar em vigor ao longo de alguns anos.

Digo isso porque, se nós pretendermos aqui implementar mudanças imediatas, que muitas vezes são vistas como radicais por alguns entes federados, nós não vamos conseguir avançar. Nós temos que pensar no global, em tudo aquilo que é importante fazer na repactuação da relação dos Estados, Municípios e Federação. E, quem sabe, estabelecer que isso possa acontecer, ao longo de 10, 20 anos, para pelo menos para podermos avançar. Se nós não fizermos isso, na minha modesta opinião, nós vamos ter muita dificuldade em fazer com que isso realmente tenha êxito.

Então, quero me somar a esse esforço. Quero dizer que isso é importante, se nós pretendemos ter um país, com essas dimensões, com força, com condições de competir no mundo e com condições de oferecer à população uma situação de vida melhor, porque há potencial para isso, mas precisamos aproveitar melhor esse nosso potencial.

Para encerrar, quero dizer que é preciso caminhar para a descentralização. O Governador Geraldo Alckmin disse muito bem: "*Caminhar para fortalecer os Municípios*". Quanto custa a estrutura administrativa para cuidar de alguns programas do Governo Federal? Quanto custa a máquina pública para regular o que acontece em cada um dos 5.600 Municípios brasileiros? Nós precisamos mudar essa ótica, e o trabalho desta Comissão é um caminho importante.

Parabéns! Obrigado, Governador Jatene, pela presença no Congresso.

Vamos esperar que os demais Governadores deem suas contribuições também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Milton Monti.

A Deputada Clarissa Garotinho abriu mão da palavra.

Com a palavra o Deputado Evandro Gussi. (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Edinho Bez. (*Pausa.*)



Quero registrar também a presença do Deputado Baleia Rossi, que está aniversariando hoje, fazendo-nos muito feliz neste momento ao compartilhar conosco a presença nesta audiência pública.

Com a palavra o Deputado Ricardo Tripoli.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Sr. Presidente, Deputado Danilo Forte, Governador Geraldo Alckmin, Governador Simão Jatene, Senador José Serra, amigo Deputado Luiz Carlos Hauly, acho que esta é uma das reuniões mais importantes de que participo nesta Comissão devido à densidade, à transparência e ao volume de decisões que estão sendo trazidas e pela preocupação que é inerente à função legislativa.

Eu ouvi as falas e me veio à mente um pouco do que está acontecendo hoje. O nosso Governador Geraldo Alckmin, não só pelo fato de ter sido eleito por três mandatos como Governador, mas também por já ter sido Prefeito, Deputado Federal, Deputado Estadual e Vereador, ou seja, por saber exatamente qual é a participação de cada uma dessas funções na coletividade brasileira, tem uma preocupação muito clara por conta de dois aspectos. Um deles é a questão do ICMS, do imposto, principalmente na guerra fiscal.

A todo instante nós nos lembramos dos Governadores extremamente preocupados com o chamado Conselho Nacional de Política Fazendária — CONFAZ. A cada vez que é preciso fazer uma solicitação, pede-se ao Estado vizinho para recorrer, para os outros concordarem, para o recurso poder sair, como se fosse um grande favor que a União tivesse de fazer para viabilizar ou não o investimento.

O segundo aspecto é a questão dos precatórios, também levantada pelo Senador Serra. Eu me recordo que, há muitos anos, havia um precatório relativo ao litoral norte de São Paulo cujo valor do metro quadrado era maior do que o do metro quadrado da Avenida Paulista. Era uma excrescência. Foi divulgado pela mídia. Um absurdo. As pessoas diziam: *“Como pode o valor do metro quadrado no litoral norte de São Paulo ser maior do que o da Avenida Paulista?”*

Eu acho que caberia uma revisão, pelo Supremo Tribunal Federal, da forma de cálculo, uma vez que se chegou a esses valores estratosféricos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - E devemos voltar à questão dos juros, Tripoli, porque voltaram a ser de 20% ao ano.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Então, é impagável.

Como disse o Governador Geraldo Alckmin, não há governo que, em 4 anos, pague 18 milhões em precatórios. Os precatórios alimentares, obviamente, têm preferência, mas realmente utilizou-se uma fórmula, durante muitos anos, de se enriquecer bancas de advocacia. Eu digo isso com tranquilidade porque sei exatamente como são feitos esses cálculos, por ter visto algumas apropriações. Então, Governador, V.Sa. põe o dedo numa ferida extremamente importante.

Lembro ao Governador Jatene que seria fundamental que o Governo Federal se debruçasse também na questão da regularização fundiária, que, a meu ver, é um dos temas mais importantes para o seu Estado. Sem a regularização fundiária em relação às áreas devolutas, por exemplo, haveria insegurança jurídica. Um investidor não iria para um Estado sem saber exatamente se está adquirindo uma área devoluta, do Estado ou, muitas vezes, uma área comprometida com questões ambientais. Por que o Governo não faz a regularização fundiária? Porque ele sabe que, com certeza, terá de compartilhar dividendos com os Estados.

A última questão que eu levanto é a título colaboração. Eu tive o privilégio de presidir a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática no último ano, e era frequente perguntarem para onde vão os recursos. Os membros que já participavam há mais tempo da Comissão, que tinham mais experiência, trouxeram-me uma grande preocupação: telefonia móvel no Brasil é horrível. O tal do 4G não existe. Só existe o símbolo, porque o 4G não funciona em lugar nenhum. E a sociedade troca de celular o tempo todo. *“Vou trocar por essa marca, porque ela é melhor”*. Se fica bravo, troca por outra. Enfim, percorre as quatro ou cinco empresas de telefonia móvel. Aí alguém disse assim: *“Espere aí. Há recursos que os Estados podem utilizar, porque a União tem de repassar”*. É o tal do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações — FISTEL e o tal do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações — FUST.

Eu fiz uma solicitação ao ex-Ministro, pois queria saber quanto tinha sido arrecadado nos últimos 4 anos. O FISTEL, 12 bilhões e 104 milhões; o FUST, 3 bilhões e meio.



Passo para a segunda questão, que é exatamente para tentar descobrir. E aqui eu tenho a resposta do Ministro das Comunicações à época, que subscreve este documento, dizendo que a arrecadação das receitas do FUST ingressa diretamente na conta única do Tesouro Nacional, ou seja, vai para o custeio do Governo Federal. Os Srs. Governadores e os Srs. Prefeitos jamais verão a cor desses recursos. Tais como esses, eu imagino que tantos outros estão sendo até desviados de sua função precípua de atender exatamente a essa demanda. Não tenho dúvida de que isso deve acontecer na agricultura, na indústria e nos investimentos, conforme a maneira que realocam os recursos.

O Governo Federal, a seu bel-prazer, destina esses recursos para custeio, mas, em compensação, pressiona os Governos Estaduais e Municipais no que diz respeito à cobrança de impostos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Agradeço ao Deputado Tripoli.

Faço um adendo em relação à colocação do Ministro Serra: nós temos também a DRU. Esse recurso entra diretamente no remanejamento da DRU. Como neste ano nós vamos ter de votar a DRU, seria também um instrumento a ser usado para revermos isso aí.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, Deputado Danilo Forte, quero saudar todos os nossos convidados, o Governador Simão Jatene, o Governador Alckmin, o Senador Serra, e o Deputado Luiz Carlos Hauly, nosso Relator substituto.

Eu também reputo ser esta audiência uma das mais ilustradas de que nós participamos na Comissão Especial do Pacto Federativo. E ela nos revelou, pelo conjunto das intervenções, a urgência cada vez maior, Deputado Danilo, de nós apresentarmos alguma eficácia na aprovação do relatório de V.Exa., que já conta com alguns consensos pré-estabelecidos no sentido de não frustrar, como foi o caso da reforma política, toda uma expectativa da sociedade brasileira. E nós, efetivamente, por uma série de razões, não conseguimos produzir resultados.



Teremos um prejuízo tão grande ou talvez maior se não conseguirmos pelo menos trazer à luz da resolutividade algumas obviedades nos recorrentes no debate.

O Governador Alckmin foi brilhante na sua colocação com relação às distorções brutais, principalmente na questão do ICMS, da guerra fiscal e da renúncia fiscal, que é o que alimenta isso. Renuncia quem mais pode. É um mecanismo extremamente perverso, porque acaba agravando situações de desequilíbrios, de assimetrias, de desigualdades.

O modelo federativo brasileiro, na República instaurado, buscou fazer uma revisão 1 século depois, praticamente na Constituinte. Foi a grande revisão do modelo federativo brasileiro instaurado na República. Ele mostra uma situação muito mais nociva do que a que havia antes em alguns aspectos na relação das unidades federadas e também das chamadas desigualdades regionais.

Há a constatação do Senador Serra e a exposição do Governador Jatene em relação ao Estado do Pará. Não é só no Estado do Pará. Isso pode ser levado a Estados exportadores também, como Minas Gerais. O caso do Pará agrega, porque, além do minério, há a energia. Eu não sei se hoje é tão imperiosa a desoneração de bens primários minerais, no caso da Lei Kandir, como era justificada à época.

Ao analisarmos a experiência de outros países, veremos que isso não é mais praticado, até porque a situação das *commodities* no mercado internacional é completamente distinta da que havia ontem, inclusive para a afirmação do Brasil na superação e no equilíbrio do seu saldo da balança comercial. Não é mais essa a realidade.

Em paralelo a essa dúvida da eficiência, o Senador Serra tem razão. O Estado do Pará é duplamente penalizado, porque, além do problema do minério de ferro, há também o da energia. Nós não recebemos também 1 centavo, e isso se agrava por causa da agressão, do enclave que foi produzido em Belo Monte, com fluxo migratório, em 1 ano e meio, de 42 mil pessoas.

Eu estive lá com outros Deputados na semana passada, em uma audiência da Comissão da Amazônia, e vi que a situação é desesperadora. É desesperadora. A obra já está quase 70% concluída, e as chamadas condicionantes estão em 30% iniciadas, o que gera uma situação de caos social. Se o IBAMA, Deputado Danilo Forte, autorizar a licença de operação e se a obra começar a funcionar sem que as



condicionantes sejam minimamente executadas, esqueçam essa agenda. A situação será esta: ficará o passivo ambiental, social, humano e de toda ordem, e o Governo Federal vai se retirar disso.

E o Estado do Pará, que não vê sequer 20% dessa energia internalizada e ainda exporta 82%, não recebe 1 centavo disso para além da conta do minério de ferro. A União deve ao Estado do Pará, durante esses 14 anos de Lei Kandir, 30 bilhões, aproximadamente, segundo o ultimo estudo de compensações não realizadas. É uma situação realmente dramática, e nós precisamos imediatamente corrigi-la.

Fico feliz e animado com a ideia, Deputado Danilo e Deputado Haully, de nós fazermos, no debate do PPA, esse encontro de desejos, de interesses e o diálogo fértil das unidades federadas. Não é mais possível fazer o PPA de forma imperial e, digo ainda, desqualificada. É um adereço, é quase uma peça decorativa. O debate, que é acumulado na Casa como um todo, é quase que simbólico. Acho que haverá grande eficácia no debate sobre a parceria com Estados e Municípios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Arnaldo Jordy.

São de naturezas totalmente distintas a reforma política e o pacto federativo, até porque a pressão pelo pacto federativo é institucional. Com certeza, cada um dos Deputados não tem um pacto federativo na cabeça, assim como uma reforma política. Temos que nos irmanar, porque os Estados e os Municípios estão nos pressionando.

Quanto a esse debate, em todos os lugares que eu fui, tanto em Londrina quanto em Recife, o mesmo questionamento foi feito: *“Não vai ser igual ao da reforma política?”* Eu acho que não, há tudo para não ser. Se for, vai causar uma grande frustração mesmo.

Com a palavra o Deputado Evandro Gussi.

O SR. DEPUTADO EVANDRO GUSSI - Sr. Presidente, Deputado Danilo Forte, cumprimento V.Exa. e o parabenizo pelo grande trabalho que tem feito à frente desta Comissão Especial na companhia do Relator, Deputado André Moura, hoje tão bem representado pelo Deputado Haully.



As questões mais práticas e urgentes já foram aqui suficientemente contextualizadas tanto pelo Governador Geraldo Alckmin, a quem cumprimento, quanto pelo Governador Simão Jatene, pelo Deputado Luiz Carlos Hauly e pelo Senador José Serra, sempre com palavras tão lúcidas.

Eu gostaria de me dedicar rapidamente a algumas questões fundamentais que, de fato, têm sido esquecidas no Brasil. E me parece que, quando nós nos esquecemos dos fundamentos de algum instituto político constitucional, como é o caso do federalismo, com o tempo podemos ir perdendo a função a que ele se destina e, conseqüentemente, os seus contornos.

É importante dizer que o federalismo não foi uma criação dos norte-americanos. O federalismo já estava expresso nas obras de Montesquieu e de todos os autores contemporâneos. Por que esse registro que aparentemente é lateral tem importância para nós? Porque, do jeito que o federalismo é colocado em inúmeros momentos, parece que se trata de algo contingencial. Como num jogo de lego, pode-se fazer de uma forma ou de outra, e as conseqüências não são significativas. Por isso podemos pensar que há uma variedade de formas de federalismo.

Federalismo, na verdade — e essa concepção doutrinária de séculos revelou —, é uma exigência da sociabilidade humana que se consolida num princípio que não se ouve falar no Brasil, salvo hoje na voz do Governador do Estado de São Paulo. Trata-se do Princípio da Subsidiariedade, segundo o qual não se deve dar a instâncias maiores aquilo que as menores podem fazer — e fazer bem, de maneira adequada.

Por conta disso, o federalismo, longe de ser algo absolutamente contingencial, é essencial à democracia. Não existe autêntica democracia em países com maiores extensões territoriais se ela não estiver efetivamente associada a um federalismo de direito, e, mais do que isso, de fato. Prova disso é que, para aqueles que questionavam o sistema inglês, as últimas eleições foram seguidas de uma forte declaração do Primeiro-Ministro, de certa forma reeleito, David Cameron, dizendo que a Inglaterra, que o Reino Unido deverá aprofundar a sua federação, porque ou aprofundará ou perderá a Escócia — a história já deixou claro isso em outros momentos e de maneira mais próxima agora. Ou seja, não há autêntica democracia sem um federalismo bem colocado. Disso já deu conta a célebre fórmula de Lord



Acton, segundo a qual o poder tende a corromper, e o poder absoluto corrompe de maneira absoluta.

Portanto, a concentração política, administrativa e financeira tem estrangulado não só Estados e Municípios no Brasil, como também a própria sociabilidade brasileira, pois a dissociação absoluta entre as competências materiais e o orçamento tem falido Municípios e Estados. E, quando não os tem falido, tem deixado grandes marcas.

O efeito perverso que isso gera na política brasileira é a percepção por parte da população de que os problemas não são resolvidos, pois é óbvio: as demandas estão próximas e o orçamento está sempre muito distante, vindo por caminhos que não são sempre os mais seguros.

Perdoem-me pela divagação sobre esse tema, mas eu acho que, quando perdemos o fim a que as coisas se destinam, podemos correr o risco de perder os seus contornos.

Parabéns a V.Exa. pela condução e pela seriedade deste trabalho, Sr. Presidente!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Evandro Gussi.

Com a palavra o Deputado Júlio Cesar, nossa enciclopédia tributária.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, Sr. Governador de São Paulo, Sr. Governador do Pará, meu querido Senador José Serra, meu querido Luiz Carlos Hauly, Sras. e Srs. Deputados, eu venho discutindo o problema do pacto federativo desde a Constituição de 1988, quando houve alguns avanços e depois eles foram neutralizados pelo excesso de concessões e por alguns privilégios perpetuados depois da Constituição.

Eu não acredito em revisão de pacto federativo com três privilégios. Para o fundo constitucional que deram para Brasília, neste ano foram 12,5 bilhões para pagar educação, saúde, segurança pública, ativo e inativo, e, fora do fundo, 2 bilhões e meio para pagar o Poder Judiciário e o Ministério Público, totalizando 15 bilhões! É quase o dobro do orçamento do meu Estado, o Piauí, que tem uma população maior do que a do DF.



Eu não acredito, Sr. Presidente, Srs. Governadores, em reforma do pacto federativo com o aumento exagerado dos privilégios da Zona Franca de Manaus, que teve uma renúncia neste ano de 28 bilhões. Em 2010, era a metade! Era a metade! E cresce numa velocidade... E agora há uma PEC que trata da ampliação da abrangência da Zona Franca, que é apenas no Município de Manaus, para uma área maior do que oito Estados brasileiros: 101 mil quilômetros quadrados. E dois Municípios nem estrada têm, mas a matéria, inclusive, está na pauta para ser votada.

Eu não acredito em pacto federativo sem antes revisarmos o critério dos *royalties* do petróleo concentrados em dois Estados, com 82% — Estados e Municípios. Conforme a Constituição, mar territorial e plataforma continental pertencem à União; mas há um dispositivo, no art. 20, que diz que caberá lei complementar para disciplinar a distribuição — aliás, lei ordinária, que atribuiu a Estado confrontante como se produtor fosse. Na época, isso era menos de 300 milhões, e passou batido. São aquelas leis que se aprovam aqui nos últimos dias do ano: a do petróleo, a do fundo constitucional e outras mais, para perpetuar privilégios. Isso provoca um desequilíbrio de mais de 70 bilhões no pacto federativo.

Eu vi aqui o Governador de São Paulo falando da compensação da guerra fiscal. Eu sei, Governador, que quem perde é São Paulo, mas São Paulo já tem tanta base econômica que deve, pelo menos com as que já foram concedidas, permitir que sejam convalidadas. Eu concordo com o senhor, mas deixar de existir alpargatas, por exemplo, lá em Sobral, seria acabar com Sobral. E há muitos outros exemplos, como a Ford, na Bahia, e a Fiat, que agora foi para Pernambuco.

Há outro desequilíbrio do pacto federativo: a concessão de empréstimos, inclusive de empréstimos financiados. Sabem quanto o Nordeste todo deve? Quatro e meio por cento, 4,5%! Exatamente, quem mais precisava era o Nordeste! E por que são 4,5%? Porque os encargos eram tamanhos que alguns Governadores tomaram empréstimos externos com a metade dos encargos impostos pela União na renegociação da dívida. Incentivos fiscais? Só Alagoas tem mais de 2%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Eu não entendi, são 4,5% do quê?

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Do estoque total.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Da dívida de Estados e Municípios do Brasil com o Governo Federal?

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Só dos Estados, eu falo só dos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Dos Estados com a União?

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Só o Município de São Paulo deve 67% do valor dos Municípios do Brasil. É outro privilégio.

Lei Kandir. O nosso Governador aqui tem toda razão. O Estado mais prejudicado é o seu Estado. V.Exa. disse que a compensação já chegou a 52% e hoje é de 6%. O primeiro Estado é o de Minas Gerais, que é o maior exportador, o maior saldo da balança de pagamento; o segundo é o seu Estado. Concorro plenamente que V.Exa. está perdendo 1 bilhão de dólares por ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Deputado Júlio Cesar, peço que conclua.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Concluirei, Sr. Presidente.

Em relação ao CONFAZ — Conselho Nacional de Política Fazendária, Governador de São Paulo, eu acho que nada é 100% neste País; na nossa existência, nada é 100%. Vejam que o quórum para aprovação de qualquer lei é três quintos. Eu acho que o CONFAZ deveria manter pelo menos três quintos. Eu sei que há uma mudança. São Paulo quer que sejam dois terços em cada região — isso não é bom. Eu concordo que sejam três quintos. Vou estar, portanto, do lado de V.Exa. na aprovação desse critério.

Em relação à importante PEC do Deputado Mendonça, eu estou totalmente a favor.

Não tenho mais tempo. Apesar de ter outros assuntos a tratar, eu não vou poder falar mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Júlio.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Traga o livro, Deputado Júlio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Traga-nos o livro.

Temos um convite da bancada do Nordeste para participarmos, amanhã de manhã, de um debate com o Ministro Occhi e com o Presidente do Banco do Nordeste. A reunião será presidida pelo Deputado Júlio Cesar.

Com a palavra o Deputado Samuel Moreira.



O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu gosto muito da ideia de garimpar todos os recursos já existentes que possam ser descentralizados dos entes federativos. Mas quero me colocar também na condição de um usuário pagador, de um cidadão que paga impostos e espera algo do poder público.

O que eu espero do poder público? Eu dividiria de maneira bem simplista, em alguns blocos, o que eu esperaria do poder público com relação aos impostos que pago: serviços, serviços públicos — evidentemente de qualidade — e investimentos, para poder ampliar, melhorar a qualidade deles. Na atividade meio, eu citaria planejamento, a questão do meio ambiente e do uso e ocupação do solo, a Justiça, o Legislativo. Aliás, essas atividades meio cada vez aumentam mais os custos e a burocracia.

Eu separaria desses blocos alguns objetivos para nós alcançarmos e não ficarmos só na discussão financeira, na discussão da descentralização.

Quais os resultados que nós gostaríamos de obter? Eu separaria a questão dos serviços. Eu gostaria de receber serviços de qualidade, tendo em vista os impostos que pago. Além disso, gostaria que houvesse mais investimentos para ampliá-los e melhorá-los.

Eu buscaria esse foco e definiria claramente as atribuições dos entes federativos. Saibam que nas nossas reuniões já surgiram propostas — inclusive eu as achei estranhas e ainda não as analisei com muita profundidade — de proibir que determinado ente federativo execute atribuições de outro ente, a não ser em questões emergenciais, porque há muita sobreposição e muita dificuldade inclusive do contribuinte de saber de quem é a responsabilidade. Eu acho que é para se pensar. Não tenho ainda uma opinião formada sobre isso.

Acho também que as questões colocadas pelo Governador Geraldo Alckmin e pelo Governador Simão Jatene e complementadas pelo Senador Serra são perfeitas. Do ponto de vista pontual, nós devemos destacá-las, produzi-las minimamente, correr atrás e continuar em busca do foco. Devemos buscar os recursos e o foco do que nós queremos atingir.

Eu selecionaria essa questão dos serviços públicos e inclusive buscaria medir no futuro a qualidade da prestação desses serviços. Não é só passar dinheiro, mas sobretudo conferir os indicadores de qualidade.



Para encerrar, gostaria de dizer que eu não gosto do discurso corporativo. *“Ah, esse um discurso de Prefeito; é um discurso para o fortalecimento dos Municípios...”*. Não! Eu acho que essa é uma prerrogativa do usuário, daquele que paga impostos e quer de volta serviços públicos de qualidade, além de sua ampliação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Samuel Moreira.

O Governador Alckmin vai ter que se retirar, porque tem outros compromissos. Como ele disse que ficaria conosco até às 16 horas, eu vou lhe passar a palavra para que faça suas considerações finais.

Quero reafirmar, do fundo do coração, o nosso agradecimento ao Governador Alckmin pela presença. Para nós que estamos fazendo este debate, é muito importante recebê-lo, no sentido inclusive de mudarmos o laxo político de que necessitamos para avançar.

Aproveito para informar aos demais Deputados que a Comissão Especial do Pacto Federativo foi confirmada para conduzir a PEC 172, do Deputado Mendonça Filho. Eu serei o Presidente dessa Comissão Especial, e o Relator será o Deputado Andre Moura. Nós vamos aproveitar tudo o que foi acumulado com o debate do pacto federativo.

Com a palavra o Governador Geraldo Alckmin, para fazer suas considerações finais.

O SR. GERALDO ALCKMIN - Quero agradecer o Presidente Danilo Forte e cumprimentá-lo, assim como o Deputado Haully, craque nessa matéria, o Senador e nosso sempre Governador Serra, e o Governador Simão Jatene, meu colega e querido professor.

Cumprimento todos os Parlamentares da Comissão e agradeço o Deputado Milton Monti, o Deputado Ricardo Tripoli, o Deputado Arnaldo Jordy, o Deputado Evandro Gussi, o Deputado Júlio Cesar, que, aliás, é um estudioso da matéria — já estivemos várias vezes juntos — e o Deputado Samuel Moreira, pelas intervenções.

Destaco a importância da emenda do Deputado Mendonça Filho. Acho que é um princípio importante de muitas nações não estabelecer gastos nem retirar



receitas de outros entes federativos. Nós vivemos regidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e isso é uma dificuldade enorme.

Passo às mãos do Presidente Danilo Forte as propostas que preparamos para o pacto federativo.

Desejo um ótimo trabalho à Comissão. Tenho absoluta certeza de que nós teremos bons frutos.

O Senador Serra foi muito feliz quando falou que o Poder Legislativo nunca teve tanta força e que nós precisamos ter essa força para poder avançar no sentido do interesse coletivo e do bem comum.

Não há nada mais importante, ainda mais num País continental como o Brasil, do que fortalecer a Federação, os Estados federados e os Municípios, que é onde as pessoas vivem e onde o governo está mais próximo da população.

Destaco que o dinheiro vai ser sempre insuficiente — sempre insuficiente. Governar é escolher. Nós temos hoje duas situações de grande prioridade, de grande emergência: a saúde, que hoje — eu diria — está numa situação de extrema gravidade, e também a segurança, que é uma questão macro.

Lamentavelmente, o Brasil é hoje o maior consumidor de *crack* e de cocaína do mundo — do mundo! É bom lembrar que tráfico de droga e tráfico de arma é crime federal. Então é importante a presença federal na questão da segurança pública.

Quero destacar a importância e a qualidade do conteúdo deste debate. Tenho certeza de que ele vai trazer bons frutos ao nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Vamos dar continuidade à audiência.

Com a palavra o Deputado Alex Manente.

O SR. DEPUTADO ALEX MANENTE - Sr. Presidente, muito rapidamente quero cumprimentar e agradecer o Governador Geraldo Alckmin pela oportunidade de estar conosco.

Vou falar da importância do pacto federativo para o nosso País. Precisamos de fato fazer uma redistribuição das nossas atribuições e das nossas



responsabilidades, especialmente para que toda a nossa arrecadação seja corretamente distribuída.

O Brasil é um País de muitas desigualdades. A desigualdade inicia exatamente pelo processo de arrecadação, de formação dos impostos e também de responsabilidades. Observamos no nosso País que grande parte dos Municípios sofre — e sofre muito — com a falta de recursos. Não são poucas as vezes que observamos Prefeitos de várias cidades do nosso País com um pires na mão, solicitando recursos para poder dar suporte àquilo que não é responsabilidade exatamente da Prefeitura.

Por isso esta nossa Comissão tem papel muito importante no sentido de fazer essas avaliações. Nós temos sugestões que foram extremamente importantes, sugestões que contribuem. Nós precisamos dar celeridade nos encaminhamentos, especialmente nas questões de fortalecimento e redistribuição de renda para que o cidadão conheça suas responsabilidades.

Essa emenda do Deputado Mendonça Filho, que já foi citada, é extremamente importante. O Governo Federal, que já tem grande parte da arrecadação, ainda impõe aos Municípios e aos Estados responsabilidades, sem dizer de onde vêm os recursos.

É importante fazermos todas essas sugestões. Este foi um fórum muito importante.

Agradeço o Governador Simão Jatene, o Governador Geraldo Alckmin e o Senador José Serra, que contribuíram com todos nós. Agradeço ainda o Deputado Luiz Carlos Hauly e o Presidente Danilo Forte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Alex.

Com a palavra o Deputado Hildo Rocha, que esteve conosco na audiência pública de Pernambuco, no Recife. Agradeço V.Exa. pela contribuição à nossa Comissão Especial.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Presidente Danilo Forte, Governador Simão Jatene, Deputado Luiz Carlos Hauly, que no momento substitui o Relator na Vice-Presidência, eu ouvi as preocupações, as angústias e as propostas do Governador do Pará, assim como também as propostas do Governador Alckmin.



Eu acho, Sr. Presidente, que, a partir das propostas dos dois Governadores, teríamos que começar a adiantar o nosso serviço. Há muitos projetos de lei que nós podemos avocar para a nossa Comissão.

Inclusive o Senador Serra falou sobre a possibilidade de zerar a alíquota do PIS/PASEP e da COFINS das empresas de saneamento. Nós temos vários projetos de lei tramitando na Câmara. Eu ressalto um deles, de autoria do Governador Dornelles, que já foi aprovado no Senado. Está uma beleza. O Deputado João Paulo Papa é o Relator dessa matéria na Comissão de Desenvolvimento Urbano. Ele fez um substitutivo que objetiva alcançar todas as necessidades das empresas de saneamento, assim como pensa o Governador Alckmin e o Senador Serra. Podemos avocá-lo. Esse substitutivo está praticamente aprovado. Amanhã nós devemos aprová-lo e trazê-lo para esta Comissão. Daqui ele não vai para nenhuma outra. Se não for feito dessa maneira, ele vai ter que ir para a Comissão de Finanças e Tributação, passar 3 anos lá e depois por outras Comissões. Então eu acho que poderíamos começar a avocar esses projetos de lei.

O Senador Serra tocou num ponto fundamental com o qual nós temos que nos preocupar. Fala-se de 94 bilhões de reais com relação aos precatórios. Eu dou como exemplo o meu Estado do Maranhão.

Em 1984 o Governo do Estado contraiu um empréstimo junto ao Banco do Estado de São Paulo — BANESPA, para adquirir 17 tratores. Hoje eles custam 8 milhões de reais. Sabem quanto vale o precatório? Cem milhões de reais.

Isso é descaso dos ex-governadores e dos procuradores do Estado, até porque esses procuradores do Maranhão recebem sucumbência. Isso é muito estranho. O Judiciário agora impõe uma taxa que deverá seguir o índice do IPCA-E no cálculo desses precatórios. Isso é ainda pior, pois nós sabemos que a correção do IPCA-E é muito superior a todos os demais índices, porque atinge a faixa de 1 a 40 salários mínimos. Não há dúvida nenhuma de que a inflação em cima dessa faixa larga é muito maior.

Isso é preocupante. Nós não estamos falando de pouco recurso, mas de muito dinheiro, que vai ser tirado da saúde, que já está quebrada. Esse recurso poderia ser usado na saúde e na educação, mas vamos ter que pagar precatórios, e muito deles são duvidosos.



A minha proposta é no sentido de que os governadores sentassem com o Governo Federal para lhe propor que encaminhasse ao Congresso a criação de um órgão provisório, para reavaliar o preço, o valor desses precatórios, porque muitos deles — não são todos — têm valores absurdos. Nós podemos tratar disso nesta Comissão.

Parabenizo o Governador, dizendo-lhe que o Maranhão também sofre muito com a questão da Lei Kandir, que na verdade é um calote do Governo Federal, que, desde o ano passado, não repassa os recursos para os governos exportadores.

Eu acho, Sr. Presidente, que nós temos que caminhar nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Hildo.

Inclusive o Deputado Hauly e eu vamos sugerir ao nosso Relator, que está chegando hoje, que, na terça-feira, dia 16, na nossa próxima sessão, ele apresente, em face do que foi apresentado na Marcha dos Prefeitos, proposta dos pontos que já estão mais unificados e consensuados entre nós, para que possamos agilizar a tramitação dessas matérias junto à Presidência da Casa. Eduardo Cury

Com a palavra o Deputado Eduardo Cury. *(Pausa.)*

Com a ausência do Deputado Eduardo Cury, com a palavra o Deputado Alfredo Kaefer, que inclusive foi citado na audiência de Londrina.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Obrigado, principalmente porque fui citado por um londrinense.

Deputado Hauly, Deputado Danilo, Governador Simão Jatene — os Governadores Geraldo Alckmin e Serra já saíram —, eu entendo de fato que esta Comissão tem que discutir com muita seriedade, com muita profundidade os encargos de Estados e Municípios.

Nós temos um modelo cultural implantado, que vem de muito tempo. Vamos ter muita dificuldade de desatar esse modelo, como a centralização financeira e a arrecadação, que vai tudo para um lugar e depois volta pingando.

O que podemos fazer neste momento é dar um estaque e não onerar mais aquilo que já é caro para os Estados e Municípios.

Mas eu queria me ater àquilo que entendo ser a minha contribuição parlamentar para o pacto federativo, principalmente para os Municípios.



Uma PEC de minha autoria, que tramitou durante 7 anos nesta Casa — eu a reapresentei —, visa recuperar algo que nós perdemos no meio do caminho, a partir da Constituição de 1988, que foram as contribuições sociais — PIS, COFINS, CSLL e CIDE —, que engenhosamente, de forma esperta, os governantes conseguiram tirar da repartição de Estados e Municípios.

Em 20 anos, em 25 anos, o IPI e o Imposto de Renda eram a grande arrecadação do Estado brasileiro, e a fração, que era dividida com Estados e Municípios, era extremamente muito mais representativa. Cresceram as contribuições sociais, e hoje a maior arrecadação da Receita Federal brasileira são justamente as contribuições sociais. Esse é o maior volume de arrecadação, e não é dividido com Estados e Municípios.

Eu reapresentei essa PEC, para trazer de volta essa repartição. É justo! Vejam só a engenhosidade do Governo: a MP 675, que está nesse ajuste fiscal do Governo, entre outras coisas, eleva o Imposto de Renda do sistema financeiro; ela não eleva o Imposto de Renda do sistema financeiro, e, sim, aumenta a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido em cinco pontos. Ou seja, os 6 bilhões de arrecadação extra, que nós vamos ter 12 meses depois da implantação, não vão para Estados nem para Municípios! Se isso estivesse no bojo, teríamos a repartição.

Deputado Danilo Forte, eu reitero... Já estou puxando a orelha de V.Exa., porque nada mais justo do que colocar o meu projeto de emenda constitucional na discussão do pacto federativo. Eu penso que, dentre tantas outras coisas que temos que fazer, se trouxermos de volta essas contribuições para dividir com Estados e Municípios, nós teremos um avanço de algo como 100 bilhões de reais por ano.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Reafirmo o convite ao Deputado Alfredo, para que, na terça-feira, dia 16, na nossa próxima audiência, para que fechemos essa agenda com o Relator Andre Moura e com o nosso eventual Vice-Presidente substituto, Deputado Luiz Carlos Hauly.

Vou passar a palavra ao último inscrito de hoje. Depois, teremos as considerações finais do Governador Jatene.

Com a palavra o Deputado Pedro Uczai.



O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Governador, o primeiro ponto que queria destacar é que esta Comissão tem uma grande tarefa. Por isso, esse processo democrático e plural de ouvir os diferentes setores que estão envolvidos, como prefeitos e governadores, é fundamental. O segundo ponto é que, metodologicamente, eu acho que estamos acertando.

Eu quero cumprimentar o Presidente Danilo por começar a nos trazer diferentes propostas e por apresentá-las aos prefeitos. Acredito que, diferentemente da metodologia adotada na reforma política, esta Comissão não vai frustrar o Congresso Nacional e a sociedade brasileira. Por quê? Porque nós vamos evitar aquela metodologia. Nós vamos buscar o entendimento da maioria dentro desta Comissão, porque assim fica mais fácil compor uma maioria no plenário; vamos buscar o entendimento com os governadores, com os prefeitos, com o Governo Federal, com os especialistas.

Muitas vezes achamos que, votando uma matéria com rapidez e mandando-a para o plenário, votamos qualquer coisa. Isso não vai acontecer com o pacto federativo, mas temos que buscar um entendimento majoritário aqui dentro.

O terceiro ponto é que há vários temas que nós temos que enfrentar. Embora não haja consenso sobre eles, poderá ser composta uma maioria. Em relação à reforma tributária, por exemplo, como é possível constituir uma maioria para colocá-la em votação no plenário? Quanto à questão tributária, se tributarmos na origem ou no destino, dá para compor uma maioria? Eu só estou dando um exemplo, podia dar outros relativos à questão tributária. Repito: dá para compor uma maioria? Consenso não vai haver, mas dá para compor uma maioria? Tributa-se no destino, e não na origem — ponto. Qual é a consequência dessa decisão majoritária? Como é que se compensa quem vai perder?

Em relação à guerra fiscal, nós temos condições de enfrentar esse debate? Como os Estados mais fragilizados, sem guerra fiscal, podem atrair investimento? Nesse ponto é que eu acredito que tem que se construir um instrumento de investimento, e não um instrumento da guerra fiscal, com a qual todos perdem. É um absurdo que todos percam.

Eu acho que temos que enfrentar, com novos cálculos — eu queria ouvir o Governador sobre isso —, o debate dos *royalties* no setor mineral. A minha leitura,



salvo melhor juízo, é insignificante; chega a ser irresponsável. O impacto que o mineral causa muitas vezes é muito maior do que o do petróleo, do que o da energia elétrica. Sobre a área mineral, eu queria ouvir sua posição para saber como podemos compor uma maioria. Eu transito mais no setor de energia e tenho discutido um pouco sobre os *royalties*.

Termino dizendo que há outro ponto em que eu tenho insistido. Sempre repetimos o óbvio. O Deputado Hauly e o Deputado Danilo já estão enjoados de ouvir uma das posições que eu sempre tenho defendido. Trata-se dos recursos que estão com os prefeitos. Muitos deles elogiaram o cartão de crédito, o arrendamento mercantil. É mais democrática, é mais justa, é mais consequente sua descentralização do ponto de vista de justiça. Isso dá também para compor uma maioria.

Eu duvido que, se o Prefeito de Barueri viesse aqui, teria um argumento que nos convencesse. Ele não convence ninguém. Mas há pontos que dá para construir.

Eu quero cumprimentar o Deputado Danilo, o Deputado Hauly, um grande especialista nessa matéria, e os demais presentes e dizer que devemos fazer esse enfrentamento para conseguirmos buscar uma unidade.

Eu não vou entrar nas divergências nem nas provocações do Senador Serra ao chamar a minha Presidenta de aloprada (*riso*), até porque hoje nós estamos vivendo um bom momento para fazer investimentos, anúncios. Temos aqui presença de governadores de todos os partidos, inclusive de Geraldo Alckmin e de Simão Jatene. São vários partidos compondo esse cenário de um novo ambiente. Todos querem que o Brasil dê certo.

Eu não votei no Governador Raimundo Colombo, de Santa Catarina, mas torço para que seu Governo vá bem. Eu não votei no Beto Richa, do Paraná, mas torço para que ele resolva os problemas do Paraná. Eu votei na Dilma e quero que ela resolva os problemas do Brasil.

Então, acho que esta Comissão tem que deixar de lado as divergências e buscar alguns entendimentos, para não produzir o vexame que estamos vivendo na reforma política. Eu estou aqui porque espero outra coisa. V.Exa. tem conduzido com maestria essa confluência, não a divergência.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Pedro Uczai. Realmente, V.Exa. está bem sintonizado com o tipo de trabalho que nós estamos fazendo. É por isso que, na próxima semana, é importante a presença de todos, para definirmos o que vai ser colocado em votação e, também, para dar agilidade ao que já está tramitando na Casa.

(Não identificado) - Sr. Presidente, só uma pergunta bem objetiva: qual é o nosso prazo para a elaboração do relatório?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Nós não temos prazo. A Comissão Especial é de formulação. Nós não temos vigência. Os trabalhos podem ser prorrogados *ad eternum*. Como trabalhamos na proposição, nós não temos prazo determinado. Quanto à Comissão Especial que analisa a PEC 172, o prazo determinado é de dez sessões para apresentar o relatório; mas no caso da Comissão do Pacto Federativo, não.

Eu gostaria de agradecer ao Governador Simão Jatene pela presença, por ilustrar o nosso debate hoje, e de lhe passar a palavra, para as suas considerações finais.

O SR. SIMÃO JATENE - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero apenas, mais uma vez, festejar a iniciativa desta Comissão. Eu estou convencido de que ela pode ser um ponto de partida extremamente importante para, efetivamente, fazer a rediscussão da questão do pacto federativo.

É claro que algo dessa complexidade não será enfrentado na sua totalidade numa Comissão e no curto prazo. Mas o que eu vejo? Parece-me que algumas coisas já estão bastante maduras e são possíveis. A questão da redução da alíquota do PASEP está bastante madura. É possível avançar. Eu acho que a não aprovação de novas despesas e encargos para Estados e Municípios sem fonte definida deve ser uma preocupação desta Casa, do Senado, enfim, deve ser uma preocupação do Congresso Nacional. Não adianta ficar chorando sobre o leite derramado. Se evitarmos que isso continue se reproduzindo, nós já teremos dado um passo importante. Acho que isso precisa ser retomado.

Quanto à desoneração do PIS e COFINS para as companhias de saneamento no que se refere à destinação de investimentos, eu acho que é fato que dificilmente



haverá maiores problemas, pelo que vejo. Quanto ao uso dos depósitos judiciais, também.

Então, eu acho que hoje há um rol razoável. Não significa dizer que isso vai mudar a Federação brasileira. Não, não vamos ser arrogantes ou prepotentes. Mas isso, certamente, neste momento de crise, vai servir para se tentar minimamente reequilibrar as contas de Estados e Municípios. A consequência disso é trabalhar no sentido de que a sociedade não avance nessa percepção que ela está tendo da incapacidade de Estados e Municípios, ou seja, dos entes federados em geral, responderem as suas demandas básicas. Então, acho que isso já é uma coisa extremamente importante.

Mas há duas coisas às quais eu não posso deixar de me referir. Quanto à recomposição dos fundos, questão levantada pelo Deputado, sem dúvida alguma, acho que dificilmente vamos conseguir fazê-la em curto prazo, mas é algo que deve ser perseguido por esta Casa permanentemente. É fato que Imposto de Renda e IPI já representaram mais de 70% e, hoje, na verdade, representam pouco mais de 40%. Então, há que rediscutir isso.

Agora, eu não posso deixar de falar da desoneração da Lei Kandir. Serei muito claro: eu tenho pouca esperança de que se vai fazer uma conta e identificar quanto os Estados perderam e de que se vai achar uma fórmula mágica de recompor essas perdas. Eu não tenho essa esperança. Eu acho que isso aí perdeu. Mas eu acho é que não se pode continuar mantendo isso. Eu acho que esse é o grande desafio. Perdoe-me quem pensa diferente, mas eu acho que deve haver algumas medidas, sim.

Se percebermos que há um pouco mais de fôlego, podemos imaginar o seguinte: primeiro, você só importa porque alguém exporta. Por que não criamos alguma coisa, tipo um fundo sobre as importações? Quem importa credita ao fundo 7% do que importa, porque cobra imposto sobre importação, e a União credita ao fundo 7% do saldo da balança comercial. Com isso, absolutamente se sai dessa discussão, criando uma coisa que se move por si mesma.

Podem dizer: *“Ah, mas há a questão dos Estados importadores e exportadores.”* Se nós continuarmos tratando das coisas nesse nível, nós não vamos resolver. Se não for possível fazer isso, a minha proposição é muito simples:



enquanto não se regulamenta a questão da compensação da desoneração das exportações, que se permita aos Estados exportadores de minérios, pelo menos, cobrar uma alíquota mínima de ICMS. Não é possível que isso não seja algo razoável, porque, senão, teremos a ideia de que para todo mundo está ótimo. Entendemos o drama, mas como é que nós saímos disso? Há vários projetos circulando aqui nesta Casa, falando sobre desoneração de exportação e tentando compensar.

Podem dizer: *“Ah, mas alguém vai perder.”* É por isso que eu sempre digo o seguinte: *“Quer-se imaginar que vão resolver a questão da Federação apenas pela equação tributária — não vão.”* Então, nós temos de ficar fazendo alguns arranjos. Se for na base do arranjo, a minha sugestão é a de que, pelo menos, se deixe claro o seguinte: enquanto não for regulamentada a compensação da desoneração das exportações, os Estados exportadores de minérios poderão cobrar uma alíquota mínima. Por quê? Porque o minério tem exatamente este problema: é finito; a agregação de valor é muito pequena; como é uma atividade extrativa, o excedente do extrativismo se realiza, em grande escala, fora da região de extração.

Então, define-se uma alíquota mínima. Se eu puder cobrar 3%, na verdade, eu já estarei batendo palmas, porque não recebo nada. Agora, o que não dá é para continuarmos a pensar assim: *“Nós vamos ver como é que vamos ressarcir as perdas históricas.”* As perdas históricas têm um volume tamanho que certamente não haverá, particularmente neste momento de crise, nenhuma chance de serem ressarcidas.

Eu quero mais uma vez parabenizá-los, festejar, agradecer o convite e lhes dizer da esperança de que possamos ter nesta Comissão, nesse esforço, alguns passos no sentido de reconstruir ou construir efetivamente uma federação no Brasil.

Parabéns a todos! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Nós é que agradecemos ao Governador Jatene. Inclusive, faz parte desse debate — eu, o Deputado Luiz Carlos Hauly e alguns colegas já presenciamos nesta Comissão — uma sugestão também de punição, como há na Lei de Responsabilidade Fiscal, para os gestores que impedem ou que não se responsabilizam pelas transferências obrigatórias da União para com Estados e Municípios.



Há a perspectiva de responsabilizá-los, inclusive com improbidade administrativa, no caso de retenção dessa transferência. Isso tem acontecido no SUS, que tem um acúmulo de mais de 7 bilhões de atraso nos repasses e tem acontecido contumaz, periódica e sistematicamente na Lei Kandir, o que tem fragilizado inclusive o orçamento dos Estados e Municípios brasileiros.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - E há o COMPREV também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Há o COMPREV também.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Simão, eu tenho uma tese, que é o modelo canadense, sobre a equalização. Então, as unidades que têm *per capita* abaixo da média precisam de um fundo nacional para a equalização, a fim de que nenhum gasto com qualquer habitante de qualquer Estado esteja abaixo da média de despesa pública. Isso seria equalizado por um fundo nacional que viria, talvez, do dinheiro da contribuição previdenciária e de outros recursos da contribuição social.

Então, só queria dizer que nós estamos pensando em curto prazo, médio prazo e longo prazo. São três etapas. O problema é a crise imediata; depois, as mudanças. O Deputado Danilo Forte já tem uma série de elementos. Desse elenco de hoje e dos Municípios vai sair não uma revolução, que realmente não dá para fazer, mas um bom trabalho federalista neste momento.

O SR. SIMÃO JATENE - Eu inclusive vou formalizar essa questão do fundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Daria um parâmetro para nós.

O SR. SIMÃO JATENE - É claro. Eu acho que é muito difícil alguém se opor ao seguinte fato: só se importa alguma coisa porque alguém está garantindo isso pelas exportações. Então, a lógica seria simples: 7% de tudo que exporto, eu credito a um fundo. Como é composto esse fundo? Ele é composto por 7% de tudo que eu importo e por 7% do saldo da balança comercial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Isso dá 21%, sete vezes três. Obrigado, Governador Jatene.

Agradeço a presença do Governador Simão Jatene, do Governador Geraldo Alckmin e de todos que participaram desta audiência pública.

Nós temos duas questões burocráticas para resolver. Uma é a deliberação do Requerimento nº 46, de 2015, de minha autoria, Deputado Danilo Forte, que "*requer*



que seja convidado o Sr. Darc Antônio da Luz Costa, Professor da COOPE/UFRJ, para debater sobre a proposta de um novo pacto federativo".

Há algum pronunciamento contrário? *(Pausa.)*

Como não há nenhum pronunciamento contrário, os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Encontra-se à disposição do Srs. Deputados cópia da Ata da 10ª Reunião. Pergunto se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - Peço a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Fernando Monteiro.

Está dispensada a leitura da ata.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, passo à votação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a Ata da 10ª Reunião.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos os Srs. Parlamentares, das assessorias e dos demais presentes, e convoco reunião ordinária para a próxima terça-feira, dia 16 de junho, às 14h, para a realização da nossa reunião sistemática.

Aproveitarei para fazer a sugestão ao nosso Relator e ao nosso Relator *ad hoc* substituto, Deputado Luiz Carlos Hauly, de que façamos a apresentação da proposta daqueles pontos já convergentes e de quais são as proposições que já tramitam na Casa, a fim de avançarmos na votação delas, conforme é o desejo inclusive do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha.

Agradeço a todos. Muito obrigado.